



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: LINGUAGENS E
REPRESENTAÇÕES

HAÍSA WILSON LIMA CRUZ

MILITÂNCIA EM REDE: o discurso do *vlog Canal das Bee*

ILHÉUS – BAHIA
2018

C957 Cruz, Haísa Wilson Lima.
Militância em rede: o discurso do vlog Canal das Bee /

Haísa Wilson Lima Cruz. – Ilhéus, BA: UESC, 2018.

78 f.: il.

Orientador: Maurício Beck.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Programa de Pós-graduação em Letras: Língua-gens e Representações.

Inclui referências.

1. Análise do discurso. 2. Ativistas pelos direitos humanos. 3. Minorias sexuais. 4. Vlogueiros e vlogueiras. 5. Vlogs.

I. Título.

CDD 401.41

HAÍSA WILSON LIMA CRUZ

MILITÂNCIA EM REDE: o discurso do *vlog Canal das Bee*

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Santa Cruz como parte das exigências para obtenção do título de mestre em Letras: Linguagens e Representações.

Área de concentração: Análise de discurso.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Beck

ILHÉUS – BAHIA

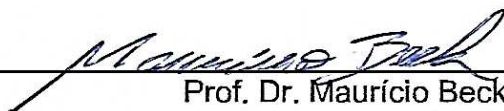
2018

HAÍSA WILSON LIMA CRUZ

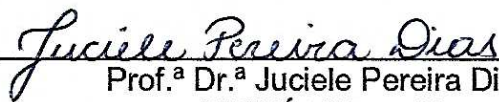
MILITÂNCIA EM REDE: o discurso do vlog *Canal das Bee*

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Santa Cruz como parte das exigências para obtenção do título de mestre em Letras: Linguagens e Representações.

Ilhéus, 26 de fevereiro de 2018, 14:00 horas.



Prof. Dr. Maurício Beck
(UESC/PPGL)
(Orientador)



Prof.ª Dr.ª Juciele Pereira Dias
(UNIVÁS/PPGCL)
(Examinadora)



Prof. Dr. Ricardo Oliveira de Freitas
(UESC/PPGL)
(Examinador)

AGRADECIMENTOS

Aos amigos e familiares que acompanharam meu trajeto e contribuíram de alguma forma para a concretização dessa etapa.

Aos colegas do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL-UESC) turma 2016-2018, uma vez que contribuímos reciprocamente, afetiva e intelectualmente, nas nossas respectivas jornadas.

Às companheirxs do Grupo de Estudos Discursivos (GED-UESC), pelas trocas, aprendizados e especialmente pelos laços estabelecidos.

Às colegas e coordenadoras do Campo Psicanalítico Ilhéus-Itabuna, pelo aprofundamento teórico na psicanálise – que acabou se tornando mais uma paixão.

Aos professores, coordenadores e funcionários do PPGL-UESC, pelas lições, pelas oportunidades e pelo trabalho em conjunto.

À professora Sílvia Nunes, pelas trocas ricas, pelo diálogo afetoso e por estar sempre disposta a nos ajudar a crescer.

Ao professor Ricardo Freitas, pelo aceite à defesa e pela oportunidade de crescimento nesse diálogo.

À professora Juciele Dias, pelas contribuições desde a qualificação, pelo novo aceite e pela oportunidade de enriquecimento desse trajeto.

Ao professor e orientador Maurício Beck, pelas lições, pela paciência e por todos os aprendizados que me fizeram abraçar a Análise de Discurso.

À Capes, pelo apoio financeiro, e à PROPP/UESC, pelo apoio institucional.

Mulher abjeta

*Não sei desenhar
não sei fazer conta
só entendo de assustar palavras.*

*Puxo o verbo pelo rabo
finco dente no dorso.*

*Quero des-edificar lares
provocar divórcio
entre significante e significado.*

Aí será o oco da linguagem varrido pelo avesso...

*Encosto a boca na orelha dos vocábulos
e sussurro:
"Deus é nossa criação necessária".
Eles habitam pântanos e pânticos.
Estão prontos para representar meus terrores.*

*Eu não espero pelo dia
em que meu nome flutuará
nas páginas de uma hagiografia.*

*Não sei qual evangelho rege
as impurezas da minha arte.*

*Eu transbordo excrescências,
dúvidas,
luminosidades.*

E... só entendo de assustar palavras.

[Daniela Galdino]

MILITÂNCIA EM REDE: o discurso do *vlog Canal das Bee*

RESUMO

O *Canal das bee* é um *vlog* brasileiro que aborda temáticas relacionadas ao universo LGBT. Ele é dividido em diversos quadros que seccionam o conteúdo por assuntos – dentre eles o *Bee Comenta*, descrito como “um quadro onde são comentados temas atuais e notícias recentes que causaram comoção e revolta no meio LGBT”. Nele encontram-se 19 vídeos postados entre maio de 2013 e setembro de 2016. Interessa-nos então analisar, através do dispositivo da Análise de Discurso materialista, os títulos e descrições dos vídeos e do quadro supracitado. Justifica-se a eleição desta materialidade pelo fato dessas formulações apontarem um possível conflito político e ideológico marcado pelas posições-sujeito dos “militantes-vlogueiros”; tais litígios têm relação com determinadas memórias discursivas que precedem esses ditos. Dessa forma, nosso objetivo é analisar como tais formulações assinalam determinadas posições-sujeito num conflito ideológico. Nesse percurso, cabe antes esclarecer os conceitos mobilizados na análise proposta; a Análise de Discurso, afinal, trata da relação entre a língua e os sujeitos que falam, bem como as situações históricas em que se produz o dizer, buscando-se regularidades na linguagem e relacionando-a a sua exterioridade. A linguagem é a mediação entre o homem e a realidade, e essa mediação é o discurso. Ele é, pois, segundo Michel Pêcheux, “efeito de sentido entre locutores”. Nesse contexto, as posições-sujeito dizem respeito às relações de força, sobre as quais se pode afirmar, citando Eni Orlandi, que “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”. E assim, levantamos a seguinte questão de análise: *Analizando como a memória histórica da militância LGBT se atualiza nas formulações do sujeito-militante-vlogueiro, que posições-sujeito são suscitadas a partir dessas escolhas de palavras?*

Palavras-chave: Formulação. Posições-sujeito. Militância LGBT. *Vlog*.

MILITANCE ON WEB: the discourse of the *vlog Canal das Bee*

ABSTRACT

“Canal das bee” is a Brazilian *vlog* that deals with themes related to the LGBT universe. It is divided into several panels that section the content by subjects – among them the “Bee Comenta”, described as “a panel where are commented current themes and recent news that have caused commotion and revolt in the LGBT community”. There are 19 videos posted between May 2013 and September 2016. We are interested in analyzing, through the materialistic Discourse Analysis device, the titles and descriptions of the videos and the aforementioned panel. It is justified the election of this materiality because these formulations point to a possible political and ideological conflict marked by the subject-positions of these “militants-*vloggers*”; such disputes are related to certain discursive memories that precede these sayings. Thus, our objective is to analyze how these formulations point to certain subject-positions in an ideological conflict. In this course, it is necessary to clarify the concepts mobilized in the proposed analysis; the Discourse Analysis, after all, deals with the relation between the language and the subjects that speak, as well as the historical situations in which it is produced, seeking regularities in the language and relating it to its exteriority. Language is the mediation between man and reality, and this mediation is discourse. It is, therefore, according to Michel Pêcheux, “effect of meanings between announcers”. In this context, subjects-positions refer to relations of force, about which Eni Orlandi can do affirm, that “the place from which the subject speaks is constitutive of what he says”. And thus we raise the following analysis question: Analyzing how the historical memory of LGBT militancy is updated in the subject-militant-*vlogger's* formulations, what subject-positions are raised from these words choices?

Keywords: Formulation. Subject-positions. LGBT Militancy. *Vlog*.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| RESUMO | v |
| ABSTRACT | vi |
| INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 1 "AS BEE NA REDE": O DISCURSO DO MILITANTE-VLOGUEIRO..... | 13 |
| 1.2 Delimitação do tema e questão de análise..... | 13 |
| 2 ACONTECIMENTOS DO GÊNERO: MEMÓRIA HISTÓRICA E CONVERGÊNCIAS TEÓRICAS..... | 16 |
| 2.1 Movimentos feminista e LGBT: um breve histórico..... | 16 |
| 2.2 A discursividade do corpo: aproximações entre Militância Feminista, Estudos de Gênero e Análise de Discurso..... | 24 |
| 2.3 Modos de produção, interpelação e formação do gênero..... | 30 |
| 3 DISCURSO EM REDE: TEXTUALIDADES DIGITAIS..... | 33 |
| 3.1 Condições de produção na era da <i>internet</i> | 34 |
| 3.2 O sujeito-vlogueiro na constituição do <i>vlog</i> (e o <i>vlog</i> na constituição do sujeito)..... | 37 |
| 4 CONCEITOS MOBILIZADOS PARA A ANÁLISE DISCURSIVA..... | 41 |
| 4.1 Dispositivo teórico..... | 41 |
| 4.2 Língua de madeira, língua de vento e língua metálica..... | 46 |
| 4.3 Ideologia, discurso, sujeitos – perspectiva discursiva..... | 48 |
| 4.4 A resistência nos processos de reprodução ideológicos..... | 49 |
| 5 <i>BEE COMENTA: A DISCURSIVIDADE NO CANAL DAS BEE</i> | 53 |
| 5.1 Descrição e interpretação das materialidades linguísticas em jogo..... | 53 |
| 5.1.1 O Canal das Bee..... | 53 |
| 5.1.2 O quadro Bee Comenta..... | 55 |

| | | |
|----------|---|-----------|
| 5.1.3 | Os títulos e descrições dos vídeos do quadro <i>Bee Comenta</i> | 60 |
| 6 | A MILITÂNCIA NA TRILHA DE UMA REPRESENTAÇÃO IMAGINÁRIA.... | 67 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 70 |
| | REFERÊNCIAS..... | 73 |

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é fruto de uma jornada com muitas divergências teóricas e ideológicas que culminaram numa convergência esclarecedora para esta dissertante, e que lhe conferiu importantes acontecimentos que trouxeram novas maneiras de interpretar o mundo. Minha trilha acadêmica começa um pouco longe das Letras, no curso de Comunicação Social com Habilitação em Rádio e TV da Uesc – onde a pesquisa é menos fomentada que a prática das comunicações. Ingressar no Mestrado de Letras foi então um desafio fora da zona de conforto, no qual aprender a pesquisar aconteceu concomitantemente ao aprendizado dos princípios e procedimentos da Análise de Discurso. Além disso, em razão da atuação com as militâncias feminista e LGBT¹, a afinidade de conteúdo sempre esteve aproximada dos Estudos de Gênero – motivo pelo qual o desafio para o entendimento do dispositivo foi ainda maior. Por um texto de qualificação que ainda “resistia à análise”, chego ao final do trajeto com mais maturidade, finalmente colocando em relação possíveis questões entre os Estudos de Gênero e a Análise de Discurso de maneira apropriada para esta linha de pesquisa. Mas em razão da afinidade com o gênero, com a militância e também com os meios de comunicação, o recorte escolhido para este trabalho certamente tem origem no valor afetivo que esses elementos possuem nessa jornada, possibilitando que a análise do discurso de um suposto “militante-vlogueiro” pudesse ser realizada de maneira crítica, devido à natureza materialista e psicanalítica do dispositivo de análise de discurso.

Assim, a presente dissertação toma como proposta a análise discursiva de títulos e descrições de um conjunto de vídeos retirados de um quadro do *vlog*² *Canal das bee*³ – que, não por acaso, é um dos maiores canais LGBT brasileiros do *Youtube* atualmente. Ele é dividido em dois quadros que seccionam o conteúdo por

¹ Sigla que significa “Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros”. Esta sigla se modificou diversas vezes ao longo dos anos [GLS (“Gays, lésbicas e simpatizantes”), GLBT (“Gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros”), etc.] e continua se modificando, além de possuir variações [LGBTQ, LGBTQI (Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queers e intersexos”), etc]; mas em todos os casos, trata da militância em defesa dos direitos das *generidades* e *sexualidades* não-normativas e não-hegemônicas. A escolha desta sigla em particular se deu pelo fato do seu uso ser o mais socialmente difundido na presente data.

² Guilherme Adorno define “*vlog*” como “uma pessoa que fala para a câmera sobre a vida particular” (2015, p. 31).

³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/CanalDasBee>>.

assuntos – dentre eles, o quadro que nos interessa é a chamado *Bee Comenta*, cuja descrição se altera três vezes ao longo da jornada, sendo a última alteração formulada como “um quadro onde são comentados temas atuais e notícias recentes que causaram comoção e revolta no meio LGBT*. Como nem tudo é possível falar brincando, aqui o papo é sério”. São, portanto, vídeos sobre assuntos relacionados a notícias acerca da violência contra pessoas LGBT (em contrapartida a outros quadros de conteúdos que podem ser considerados cômicos, lúdicos ou educativos). Esse quadro possuía, até janeiro de 2018⁴, 19 vídeos com duração entre 5 e 14 minutos cada. O último vídeo tem data de 3 de setembro de 2016, não havendo mais postagens até o momento. O quadro *Bee Comenta* pode ser acessado na aba *Playlists* do menu do canal⁵.

Justifica-se a eleição das materialidades em questão para a realização de sua análise discursiva pelo fato de as escolhas de palavras desses títulos e descrições apontarem um possível conflito político e ideológico marcado pelas posições-sujeito daqueles que chamamos aqui de “militantes-vlogueiros”; tais litígios de sentido têm relação com determinadas memórias discursivas que são marcas da historicidade que precede os dizeres esse sujeito. Dessa forma, através da transcrição das materialidades discursivas e considerando as condições de produção desse discurso, nosso objetivo é analisar por que dados efeitos de sentido e não outros podem ser suscitados na interpretação desses enunciados e como as escolhas de palavras que resvalam desse “pré-dito” assinalam determinadas posições-sujeito num conflito político e ideológico.

Para guiar nossa análise, elaboramos algumas questões que tentaremos responder do desenvolver desta dissertação: **de que maneira os sentidos acerca da história e da militância LGBT se atualizam nas formulações do sujeito-militante-vlogueiro?** E, principalmente, **que posições-sujeito são suscitadas a partir dessas escolhas de palavras?** Dessa forma, o dispositivo de análise de discurso nos cabe como uma via pela qual poderemos entender um pouco do funcionamento discursivo do *vlog Canal das Bee*, permitindo que articulemos uma melhor compreensão do sujeito LGBT que enuncia não só através da posição de militante, mas também de vlogueiro.

⁴ 31 de janeiro de 2018. Esta data será referência para a realização do trabalho, podendo vir a ser atualizada posteriormente.

⁵ Link direto para o acesso à *Playlist Bee Comenta*: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLZY-oAdpCHI1Xowecxwf7D5XKqn0NosP4>>. Último acesso em: 31 jan. 2018.

No primeiro capítulo desta dissertação, intitulado “As bee na rede: o discurso do militante-vlogueiro”, apresentamos a delimitação do *corpus*. Na Análise de Discurso materialista, a delimitação do *corpus* mobiliza a teoria desde já, pois o dispositivo exige que o analista “confronte” esse *corpus* o tempo inteiro.

O segundo capítulo, intitulado “Acontecimentos do gênero: memória histórica e convergências teóricas”, traz uma breve descrição dos acontecimentos históricos que precederam os movimentos feminista e LGBT como conhecemos hoje. Em seguida, propomos uma articulação teórica entre as teorias feministas, os Estudos de Gênero e a Análise de Discurso materialista. Por fim, tentaremos entender como se constituem os modos de produção, interpelação e formação do gênero.

O terceiro capítulo é intitulado “Discurso em rede: textualidades digitais”, no qual faremos um breve histórico do surgimento das tecnologias digitais e seu funcionamento. Buscaremos também compreender as condições de produção na era da *internet*, bem como começar a investigar como se constitui o sujeito-vlogueiro em sua posição de autor na produção de um *vlog*.

O capítulo quarto, “Conceitos mobilizados para a análise discursiva”, é voltado para a descrição de conceitos do dispositivo teórico e analítico que serão utilizados nos procedimentos de análise discursiva. Interessa-nos compreender nesse trajeto a perspectiva discursiva acerca da ideologia, do discurso e dos sujeitos. Em seguida, faremos uma exposição sobre como se dá a resistência nos processos de reprodução ideológicos.

O quinto capítulo é nomeado “*Bee Comenta: a discursividade no Canal das Bee*”, e é reservado para a análise discursiva propriamente dita. Começaremos com a descrição, transcrição e, em seguida, a interpretação das materialidades discursivas em jogo. Nosso recorte não trata da materialidade imagética, mas especificamente das formulações que constituem os títulos e descrições do quadro *Bee Comenta*, que faz parte do *vlog Canal das Bee*. No entanto, nos interessa primeiro confrontar a materialidade linguística que compõe a descrição do canal como um todo para melhor entender como se constitui o sujeito-militante-vlogueiro que é também um “eu-autor” nesse processo de produção do canal. Na sequência, analisaremos a descrição do quadro *Bee Comenta*, observando as mudanças de formulação realizadas ao longo do tempo e as atualizações de sentido que ocorrem nessa modificação. Por fim, analisaremos o conjunto dos títulos e descrições de alguns dos 19 vídeos que compõem o quadro *Bee Comenta* até a presente data.

Ao final deste trabalho, no sexto capítulo, intitulado “A militância na trilha de uma representação imaginária”, buscaremos concluir a análise iniciada no capítulo anterior ao suscitar possíveis interpretações contextualizadas no campo discursivo em que se encontra a materialidade, resgatando o contexto histórico elencado em capítulos anteriores e promovendo novas reflexões sobre o tema.

1 "AS BEE NA REDE": O DISCURSO DO MILITANTE-VLOGUEIRO

1.1 Delimitação do tema e questão de análise

Os analistas de discurso têm se interessado constantemente pelas temáticas relacionadas às condições de produção do discurso próprias da *internet* quanto pelas temáticas que envolvem as novas formas de identificação relacionadas ao gênero e à sexualidade. Em complemento, pensar uma militância como um possível objeto de análise sempre poderá ser interessante à Análise de Discurso, visto que o conflito entre ideologia dominante e ideologias dominadas é próprio das relações de força que, por sua vez, são sentidos em disputa movimentando a história. Nessa somatória, trazemos a proposta da análise de uma materialidade que circula na *internet* produzindo atualizações sobre as noções de gênero e sexualidade, militância e *vlog*.

O *Canal das Bee* é um *vlog* brasileiro conhecido por abordar temáticas relacionadas à comunidade LGBT. Ele está hospedado na plataforma *Youtube.com*, e pode ser acessado através do link www.youtube.com/canaldasbee. Criado em 20 de agosto de 2012, ele é descrito como “*Não só um canal contra a homofobia. Um canal contra o preconceito, contra a transfobia, a bifobia, a lesbofobia⁶, o machismo. Um canal a favor da diversão, do riso e de viver a vida do jeito que você quiser. E principalmente, sendo quem você é! / Canal das Bee, porque uma abelha só não produz nenhum mel*”.

O canal é dividido em diversos quadros, dentre eles o quadro *Bee Comenta*, que possui 19 vídeos postados entre 28 de maio de 2013 e 03 de setembro de 2016. A descrição do quadro está presente em cada vídeo, e é modificada ao longo das postagens. Cada vídeo possui em sua descrição diversas informações, entre elas a descrição do tema abordado naquele vídeo, e também a descrição do quadro. Do 1º ao 7º vídeo (considerando a ordem cronológica de postagem), a descrição do quadro era “*O Bee Comenta é um quadro do Canal das Bee onde são comentados temas atuais e notícias fresquinhas sobre o universo LGBT*”. Do 8º ao 12º há uma

⁶ As trans/bi/lesbofobias são formas de atitudes negativas/discriminatórias contra pessoas transgênero/bissexuais/lésbicas. Outros termos similares são “homofobia” (contra homossexuais) e *lgbtfobia* (contra pessoas LGBTs).

pequena adição, e a descrição fica “*O Bee Comenta é um quadro do Canal das Bee onde são comentados temas atuais e notícias fresquinhas sobre o universo LGBT e cositas más*”. A partir do 13º vídeo até o 19º, a descrição passa a ser “*O Bee Comenta é um quadro do Canal das Bee onde são comentados temas atuais e notícias recentes que causaram comoção e revolta no meio LGBT*. Como nem tudo é possível falar brincando, aqui o papo é sério*”.

Por fim, cada um dos 19 vídeos possui um título, e quase todos possuem uma descrição – todas transcritas no quinto capítulo desta dissertação. Na transcrição desse conjunto, e salientando que, mesmo sendo o *vlog* em questão uma materialidade que se destaca pela sua característica imagética, nos interessa trabalhar especificamente esses títulos e descrições e sua relação de sentidos, bem como as posições-sujeito suscitadas na interpretação desses sentidos. Para tal, é importante salientar que entendemos a militância LGBT como um grupo social que, através dos processos de resistência, se posiciona discursivamente no interior de determinadas ideologias dominadas.

Althusser afirma que “não existe o fora da ideologia” quando se trata do discurso, ou seja, da língua em sua relação com a história – ideia endossada por Pechêux quando diz que “só há prática através de e sob *uma* ideologia” (2016, p. 135). E o conceito de “ideologia” na Análise de Discurso é considerado a partir da linguagem; conforme Orlandi (2015), a ideologia é “a condição para constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer” (p. 44). E é sob e através da(s) ideologia(s) que a língua(gem) pode ser tomada em sua materialidade como o lugar onde se produzem evidências da historicidade e exterioridade do seu discurso. Mas admitir a opacidade do discurso é fundamental para compreender como os indivíduos são assujeitados pela ideologia. A ilusão de uma transparência do discurso é, afinal, um esquecimento, pois o sujeito não tem controle sobre os sentidos (esquecimento nº 2), e tampouco esse sujeito é a origem do dizer (esquecimento nº 1), conforme elabora Eni Orlandi:

O esquecimento **número dois**, que é da ordem da enunciação: ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro. [...] O outro esquecimento é o esquecimento **número um**, também chamado de esquecimento ideológico: ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a

ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos preexistentes (ORLANDI, 2015, p. 33, grifos nossos).

Partindo dessa premissa de que o discurso não é livre ou autônomo, nos perguntamos de que forma os sentidos se inscrevem no discurso na militância LGBT. Supomos que o “militante” tem a ilusão de que é a origem do dizer e tampouco que sua enunciação é aberta à polissemia e à interpretação. O desafio, no meu caso, na posição de uma analista que também é militante (pois o analista também é um sujeito dividido) é promover então esse distanciamento para um olhar analítico sobre essa produção de dizeres.

Quando nos atemos ao lugar de onde esse militante fala, temos aqui outro ponto fundamental para compreender a organização do dizer desse sujeito. A materialidade discursiva caracterizada pelos *vlogs* carrega traços da urbanidade – e Orlandi (2010) nos mostra que as redes sociais da *internet* são espaços fundamentalmente urbanos. No entanto, a interlocução através desse meio difere da interlocução direta entre indivíduos que partilham o mesmo espaço: trata-se de uma interlocução “interfaceada” por uma “parafernália tecnológica” que, ainda que ocorra em “tempo real”, a realidade que ela produz não é própria dos sujeitos que dela partilham.

Portanto, pensando esse sujeito em seu fazer-militância em rede social, especificamente em *vlog*, questionamos o seguinte: ***De que maneira os sentidos acerca da história e da militância LGBT se atualizam nas formulações do sujeito-militante-vlogueiro? Que posições-sujeito são suscitadas a partir dessas escolhas de palavras?***

Para preparar o terreno para a análise proposta nesta dissertação, cabe então observar primeiro de que forma as questões de gênero e sexualidade se constituíram historicamente para tentar compreender o funcionamento discursivo da militância LGBT como conhecemos hoje; nesse percurso, veremos ainda de que maneira os Estudos de Gênero e Feminismo podem entrar em articulação com a Análise de Discurso, promovendo assim uma análise profícua de uma discursividade militante. Acreditamos também ser necessário compreender o funcionamento discursivo do “eu, vlogueiro” nas redes sociais, nos aprofundando nas investigações que cercam a discursividade própria do ciberespaço, observando as condições de produção constitutivas dessa “era da *internet*”.

2 ACONTECIMENTOS DO GÊNERO: MEMÓRIA HISTÓRICA E CONVERGÊNCIAS TEÓRICAS

Considerando a relação entre o movimento feminista e o movimento LGBT, as lutas por igualdade de gênero ocorridas nos últimos séculos abriram espaço para a emergência de novas formas de identificação no que se refere às identidades de gênero e sexualidade. As literaturas que dão conta da memória acerca desses movimentos relatam acontecimentos históricos que são nomeados “ondas” ou “fases” do feminismo, e que, por sua vez, também inauguram determinados acontecimentos discursivos que demandam ao analista de discurso por gestos de interpretação. Sobre o conceito de “acontecimento”, Michel Pêcheux entende o discurso como objeto que transita entre estrutura e acontecimento, sendo impossível delimitar completamente as variações semânticas de um discurso; no entanto, busca identificar onde ocorrem as “rupturas” que transformam a história.

Entender as circunstâncias sócio-históricas ou a história material dos movimentos feminista e LGBT pode ser muito importante para se compreender como os discursos do militante atual se constituem, a que filiações ideológicas ele é tributário, ou de que forma se deram determinados litígios para a produção de novos sentidos que são filiados a essa formação discursiva⁷.

2.1 Movimentos feminista e LGBT: um breve histórico

A literatura acerca do movimento feminista como conhecemos hoje aponta para uma estrutura histórica constituída pelas chamadas “ondas do feminismo”, ou seja, momentos em que a luta pelos direitos da mulher constituiu um acontecimento histórico acompanhado de uma série de conflitos (por direitos e por sentidos). Essa perspectiva que divide a história do feminismo em ondas não é consensual, e Conceição Nogueira (2017) alerta que “pensar em ondas pode dar origem a uma tendência reducionista simplificadora da diversidade de perspectivas e

⁷ Segundo Pêcheux define a *formação discursiva* como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada e uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (2016, p. 147).

posicionamentos” bem como “dar a ideia de que as abordagens, discussões e teorias de cada uma dessas ondas foram sucessivamente ‘ultrapassadas’ pela onda seguinte” (p. 23). No entanto, uma vez que essa abordagem prevalece em grande parte das produções teóricas que envolvem a temática, e reconhecendo antes que tal processo certamente se deu de forma muito mais complexa do que podemos ilustrar, elegemos tal metodologia para tentarmos vislumbrar, de maneira geral, uma historicidade que contextualiza o surgimento dos movimentos por igualdade de gênero e sexualidade.

A primeira onda dá conta dos primeiros movimentos políticos organizados de mulheres pela luta por direitos, que surgiram na Inglaterra, no final do século XIX – auge da Revolução Industrial. Sua principal reivindicação fora o direito ao voto, que até então só era guardado aos homens. Como relata Céli Pinto (2010), as “sufragistas”, como foram chamadas essas militantes, inauguraram o direito ao voto por parte das mulheres em 1918, no Reino Unido.

Mas Conceição Nogueira chama atenção para esse comum reducionismo sobre a primeira onda às sufragistas, e salienta que esses movimentos buscaram ainda a emancipação civil feminina e sua incorporação na sociedade moderna industrial. Em complemento a isso, autoras intersseccionalistas⁸, como Angela Davis (2016), Heleieth Saffioti (1976) e a própria Conceição Nogueira, salientam que esses movimentos possuíram um “recorte de classe e raça”, uma vez que foram deflagrados principalmente por mulheres brancas e burguesas da Inglaterra moderna.

A chamada “segunda onda” ocorre por volta da década de 1960 à de 1980. Autoras como Gisela Kaplan, citada por Nogueira, assumem o lançamento da obra “O segundo sexo” no final da década de 1940 por Simone de Beauvoir ([1949] 2009) como ponto inicial desse movimento; mas não parece haver nada que comprove a relação de suscetibilidade entre esses dois eventos. No entanto, considerando a história material, podemos sugerir que a deflagração da segunda onda possa ter sido impulsionada pela maior entrada das mulheres na universidade (cujo modo de organização também passa a ser repensado) e/ou pelo seu maior contato com os

⁸ Interseccionalidade é um conceito sociológico que pode ser definido como interações entre as diferentes formas de opressão (sexismo, racismo, classismo) nas diversas subestruturas de poder. O conceito foi criado por Kimberlé Williams Crenshaw (1991) em sua pesquisa intitulada “*Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color*”, sobre as violências vividas pelas mulheres negras nas classes desfavorecidas nos Estados Unidos.

movimentos trabalhistas nas indústrias. Foram demandas da segunda onda questões como políticas de identidade e reprodução, contracepção, aborto, sexualidade, violência sexual e doméstica, violência simbólica e objetificação do corpo feminino, entre outras (NOGUEIRA, 2017). De acordo com Martha Narvaz (2009), enquanto a primeira onda foi universalista, humanista e de lutas por direitos civis, a segunda onda do feminismo tem um caráter essencialista, numa luta “pela afirmação das diferenças e da identidade” (p. 37-38).

A terceira onda, também chamada por algumas teóricas (como Ana Gabriela Macedo e Ana Luísa Amaral no “Dicionário da Crítica Feminista”, 2005) de “pós-feminismo”, é descrita por Martha Narvaz como uma “fase pós-moderna, influenciada pelo construtivismo, fase das teorias dos sujeitos múltiplos e/ou nômades” (NARVAZ, 2009, p. 38).

Na narrativa acerca desta onda, novamente aparece a relação de seu acontecimento com o lançamento de uma obra, dessa vez o livro “Problemas de gênero”, de Judith Butler, publicado em 1990 nos Estados Unidos. Segundo Narvaz, e também segundo Gomes e Sorj (2014), a terceira onda do feminismo segue até hoje, tomando novas configurações com a popularização da *internet*, tendo seu ápice marcado pela *Slutwalk* (Marcha das Vadias), ocorrida em 2011, na cidade de Toronto, no Canadá, que teria iniciado uma renovação do movimento feminista da atual geração:

A Marcha das vadias é um protesto feminista que ocorre em várias cidades do mundo. Começou em Toronto, em 2011, como reação à declaração de um policial, em um fórum universitário sobre segurança no campus, de que as mulheres poderiam evitar ser estupradas se não se vestissem como *sluts* (vagabundas, putas, vadias). Reconhecendo nesta declaração um exemplo amplamente aceito de como a violência sexual é justificada com base no comportamento e corpo das mulheres, a primeira Slutwalk de Toronto teve como principais bandeiras o fim da violência sexual e da culpabilização da vítima, bem como a liberdade e a autonomia das mulheres sobre seus corpos.

Desde então, por meio da rápida troca de informações proporcionada pela *internet*, a marcha foi organizada em diversas cidades pelo mundo. [...] No Brasil, São Paulo foi a primeira cidade a organizar uma marcha, em 2011, adotando o termo “vadias”. A rapidez com que a marcha se disseminou pelo país e mobilizou a juventude é indissociável das possibilidades que as novas tecnologias de comunicação oferecem ao ativismo político. Já em 2012, no segundo ano do advento da Marcha das vadias, 23 cidades, de todas as

regiões do Brasil organizaram protestos usando ferramentas como Facebook, Twitter, Youtube, blogues e e-mails (*Idem*, 437).

A maior parte da literatura sobre as ondas do feminismo relata apenas três fases desse movimento, incluindo a Marcha das Vadias como o ápice da última, mas autoras como Carla Rodrigues (2018) apontam tal marcha como um acontecimento histórico que marca uma possível **quarta** onda do feminismo. Tendo a terceira onda se iniciado nos anos 1990, a quarta seria marcada pela importância que a *internet* teve e tem na intensificação do movimento, produzindo um acontecimento de alcance global inédito. Em contrapartida, a *internet* também “amplificou a voz” de um neoconservadorismo político. Esse conflito entre os movimentos sociais e uma camada conservadora da sociedade sempre marca determinados acontecimentos históricos que fazem valer uma investigação acerca dos possíveis acontecimentos discursivos produzidos a partir do confronto entre determinadas formações ideológicas em oposição.

As últimas gerações do feminismo têm adesão de outros movimentos sociais de base, como é o caso da militância LGBT, que, como afirmam Gomes e Sorj, “reivindicam identidades não-hegemônicas” (*Ibidem*, p. 438). Portanto, vemos na terceira e quarta ondas não apenas uma convergência de agendas de luta, mas também a emergência de novas demandas relacionadas ao gênero e à sexualidade a partir do próprio movimento feminista.

Especificamente sobre o movimento LGBT, que tem uma relação de interseccionalidade com o movimento feminista, pois ambos tratam daquilo que chamam de “opressão de gênero e sexualidade”, também há uma diversidade de literatura a respeito. Segundo Pedro Ambra, a palavra “homossexual” pode ser encontrada na literatura desde o século XIX – no entanto, “não formava uma identidade propriamente dita, mas uma infração penal” (2016, p. 102), o que podemos associar à trajetória que Foucault traça na “História da Sexualidade” a respeito do tema (1999, p. 43-44):

Esta nova caça às sexualidades periféricas provoca a incorporação das perversões e nova especificação dos indivíduos. A sodomia [...] era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. O homossexual do século XIX torna-se uma personagem. [...] A categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constituiu-se no dia em que foi caracterizada – o famoso artigo de Westphal em 1870, sobre as “sensações sexuais contrárias”, pode servir de data natalícia – menos como um tipo de

relações sexuais do que como uma certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de interverter, em si mesmo, o masculino e o feminino. A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie.

Foucault aponta como a medicina na segunda metade do século XIX passa a ter um caráter higienista dentro dos próprios núcleos familiares – que até antes eram resguardados dessa interferência. Desenvolve-se na “sociedade vitoriana”, segundo ele, uma cultura de policiamento das relações íntimas, para as quais a medicina cria uma série de patologias a serem identificadas nos indivíduos de “conduta desviante”. Dessa forma, a homossexualidade vai perdendo o caráter criminoso para adquirir um caráter patológico a ser não mais punido, mas “tratado”. Míriam Adelman descreve esse processo histórico da seguinte forma:

Os primeiros estudos tentaram identificar as manifestações e “causas” da homossexualidade com um interesse na terapização e normatização da vida sexual, projeto que formava parte do movimento de higiene social dirigido ao controle e à regulação da vida das massas urbanas. E vale a pena lembrar que não só os homossexuais eram alvo desse movimento: de fato, as campanhas de higiene social pertenciam a um momento histórico que endossava a expressão sexual quando ela acontecia consagrada pelo vínculo matrimonial, e a estigmatizava em qualquer outro âmbito ou contexto. Praticava-se uma vigilância moral no que dizia respeito a todo tipo de comportamento sexual “diferente”, porém alguns consideravam-se mais transgressores do que outros (ADELMAN, 2000, p. 165).

Entretanto, a autora também aponta como a literatura em torno das sexualidades não deixara de produzir contradições, dentre as quais algumas se permitiram supor a “normalidade” da homossexualidade, o que pode ter possibilitado as primeiras lutas em seu favor:

A intensa produção discursiva sobre a sexualidade não era monolítica nem livre de contradições. A “sexologia”, nova ciência do século XIX que se debruçou sobre a tarefa positivista de classificar os “tipos” e comportamentos sexuais, contribuiu para produzir a homossexualidade. Em grande parte, isto significou produzi-la como condição patológica. No entanto, houve também uma abordagem sexológica que tentava justificá-la, argumentando que se tratava de uma natureza diferente que algumas pessoas possuíam, contra a qual (sendo esta “natural”) não haveria porque lutar. Foi, pois, nesse momento que se instituiu o “personagem” do homossexual, figura que então entrou num cenário onde sua própria existência, e seu

corpo, se tornariam objeto de pesquisa, escrutínio e vigilância, bem como de disputas sobre sua representação (*Idem*, p. 165-166).

Seguindo essa investigação histórica, Adelman afirma então que, nesse contexto entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, inicia-se (especialmente na Europa e nos Estados Unidos) um processo de “politização” da sexualidade que levou à “criação das *identidades sexuais modernas*”, o que mostrou que “as questões de sexualidade, imbricadas com as relações de poder de gênero, classe e raça, formavam parte de um conjunto de relações sociais sujeitas à contestação”. (*Idem*, p. 166). Ainda segundo a autora, a afirmação dessas identidades ganha força num cenário de mercado de consumo que estimulava “a busca de *estilos de vida* diferenciados num mundo que permitia e incentivava, de certa forma, a construção de uma identidade pessoal fora do âmbito do trabalho” (ZARETSKY, 1976 *apud* ADELMAN, 2000, p. 167). Em tensão às políticas higienistas sobre a sexualidade, forma-se um campo de disputas sobre a política sexual, o que dá origem aos primeiros movimentos homossexuais no século XX.

Esses litígios pelas novas práticas sexuais, endossadas por um mercado de exploração desse público que criou espaços de convivência para seu consumo (a exemplo das saunas e clubes frequentados exclusivamente por homens gays que se espalharam pelos Estados Unidos em meados do século XX), vai criando lugar para o surgimento de uma cultura em torno dessas práticas e novas formas e identificação – e, conseqüentemente, novas relações de força e disputas de sentidos.

Mas a história do movimento LGBT como conhecemos hoje costuma ser traçada pelos diversos autores do gênero a partir do que era chamado inicialmente de “movimento homossexual”, deflagrado pela “Revolta de Stonewall”, em 1969, na cidade de Nova York, nos Estados Unidos, como narra Francisco Bastos (2006, p. 31-32):

Tome-se, então, como marco inaugural da luta pelos direitos civis dos homossexuais norte-americanos a Revolta de Stonewall [...]. Basicamente, é possível descrevê-la como uma série de querelas entre a nascente militância gay e as forças policiais de Nova York, a partir de uma incursão policial nas adjacências do bar Stonewall Inn, localizado no *Village*, culminando em um conflito aberto e uma mobilização sem precedentes da comunidade gay nova-iorquina. Emergindo de um contexto de repressão e ilegalidade [...], a cena gay se moveu no sentido exatamente oposto: de exaltação da

liberdade sexual, orgulho pela condição homossexual (*gay pride*) e engajamento político, através, principalmente, de movimentos sociais de base comunitária.

Esse acontecimento histórico deu início, na década de 1970, às primeiras organizações de gays e lésbicas em luta por direitos civis e pelo fim da patologização da homossexualidade – ou seja, uma luta política contra determinações estabelecidas pela autoridade do discurso de um suposto “saber científico”, produzindo assim um litígio de sentidos em torno da significação dos corpos e de suas sexualidades.

Ao desafiar o feminismo a confrontar o sujeito que ele mesmo diz representar, Judith Butler supõe que a defesa pelo sujeito “mulher” na dicotomia da opressão reforça exatamente a regulação que forja essa identidade, que seria, na verdade, um constructo social que sustenta um jogo de dominação entre os pares “positivos” e “negativos”. Esse constructo – que cria performances punitivamente reguladas – é o mesmo que dita tanto “o que é ser mulher” quanto que a “heterossexualidade é compulsória”. A autora já inicia seu estudo provocando o leitor com tais questionamentos:

Ser mulher constituiria um “fator natural” ou uma performance cultural, ou seria a “naturalidade” constituída mediante atos performativos discursivamente compelidos, que produzem o corpo no interior das categorias de sexo e por meio delas? [...] Que outras categorias fundacionais da identidade – identidade binária de gênero e corpo – podem ser apresentadas como produções a criar o efeito do natural, original e inevitável? (BUTLER, 2016, p. 9)

A dinâmica que rege como se caracterizam essas binaridades pode ser ilustrada pelo pensamento de Pedro Ambra ao apontar que a própria identificação do sujeito dominante acontece exatamente através do discurso daquele que lhe é diferente, apontado a não-universalidade de sua neutralidade:

O ato de nomear o discurso dominante da sexualidade como distinto de um natural, de um universal silencioso é um ato político por excelência, pois dar um nome é confrontar o sujeito com a impossibilidade de uma suposição imaginária compartilhada e, portanto, leva necessariamente a um questionamento sobre sua posição no discurso do Outro. Dito de outra maneira, nós humanos quase sempre acreditamos que falamos e agimos no mundo a partir de uma perspectiva externa e universal. Mas quando alguém dá um nome à nossa posição, percebemos que ela pode ser apenas uma

entre muitas e passamos a nos enxergar mais como objetos de um discurso do que como agentes neutros (2016, p. 104).

Essa dinâmica de identificações se aproxima da lógica da “identificação pela diferença” como uma operação que é pertinente às relações de poder, suscitada Tomaz Tadeu da Silva:

A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. Como vimos, dizer “o que somos” significa também dizer “o que não somos”. A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. “Nós” e “eles” não são, neste caso, simples distinções gramaticais. Os pronomes “nós” e “eles” não são, aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marca das por relações de poder (2003, p. 82).

Em concordância, pela perspectiva da Análise de Discurso de fato os pronomes não são meros elementos gramaticais. Eles colocam em relação determinadas posições-sujeito em interlocução. Além disso, sendo as “identidades” correspondentes a determinados lugares numa relação de força entre posições-sujeito, a determinação das identidades “positivas” e “negativas” pode apontar, talvez, para uma historicidade da construção do gênero e da sexualidade na sociedade, de forma que podemos tentar investigar o porquê do estabelecimento de um “opressor comum” – o “homem universal” – como o sujeito dominante nessas relações de poder.

Dito isso, lembremos que as ondas do feminismo e, concomitante à última (ou “às últimas”, se considerarmos a possibilidade da existência de uma quarta onda do feminismo), a militância LGBT, surgem como formas de resistência à ideologia dominante. Essas militâncias ocupam cada vez mais espaços nas comunicações, na política e na academia; mas esses espaços conquistados ainda não são livres de regulações e litígios incessantes.

2.2 A discursividade do corpo: aproximações entre Militância Feminista, Estudos de Gênero e Análise de Discurso

A abordagem dos Estudos de Gênero pode ser considerada uma articulação teórica resultante do feminismo enquanto acontecimento histórico e discursivo, inaugurando assim uma área de investigação no campo das ciências sociais. No entanto, tal abordagem não seria um mero sinônimo de “teorias feministas”, as quais se aproximam das práticas feministas que configuram sua agenda enquanto movimento social. Os Estudos de Gênero se ocupam, sim, de investigar essas teorias, porém indo além, produzindo a partir delas uma série de indagações sobre gênero e sexualidade nos vieses histórico e ideológico.

Enquanto acontecimento histórico, o feminismo provocou diversas transformações em áreas científicas como a psicologia e a medicina, como apontou Conceição Nogueira (2017) ao descrever o surgimento da psicologia feminista e dos *Women's Studies* de forma interdisciplinar. Entretanto, pensar uma articulação teórica entre Estudos de Gênero e Análise de Discurso requer, antes, reconhecer o feminismo como um *acontecimento discursivo*, que promove, portanto, deslocamentos de sentido já estabilizados historicamente.

Conforme Mônica Zoppi Fontana e Ana Josefina Ferrari (2017a), analisar discursivamente o campo das problemáticas formuladas em torno do gênero e da sexualidade nos permite desenvolver indagações sobre “os processos de interpelação ideológica que constituem o sujeito do discurso na sua relação com as práticas de dominação e resistência que (re)significam as relações sociais”, uma vez que tal acontecimento abre “brechas sociais e discursivas para o deslocamento de sentidos e a emergência de novas modalidades de identificação” (p. 8). Esses processos de identificação “configuram as posições-sujeito no discurso, na sua relação constitutiva com as condições de produção, a memória discursiva, a enunciação e o corpo” (p. 9).

As mudanças provocadas pelo feminismo no discurso político e, por sua vez, o confronto social e racial que se deu no interior do discurso feminista, são assumidos aqui como uma possibilidade de subjetivação na resistência à dominação ideológica. A partir do questionamento dos espaços da política e do privado, o feminismo produziu um acontecimento histórico e, dessa forma, rompeu o círculo de repetição da condição das mulheres na sociedade. Os

discursos feministas se caracterizam por reunir, convencer, organizar e politizar as mulheres, tornando-as visíveis para si mesmas e convidando-as à constituição de coletivos de luta (ZOPPI FONTANA; FERRARI, 2017a, p. 10).

Esse papel de reunir, convencer, organizar e politizar mulheres é o que nos permite pensar o feminismo enquanto uma prática de resistência. Em suas designações e variadas vertentes, o feminismo é descrito principalmente como movimento social de luta contra o “androcentrismo” e o “falocentrismo”, contra a invisibilidade e submissão das mulheres ao patriarcado, contra a desigualdade de direitos civis e papéis sociais; uma prática de resistência a uma ideologia dominante que coloca o homem como “detentor de todos os privilégios sociais” e as mulheres como um “objeto” – ou, ainda, um “abjeto”.

Nos desdobramentos dos Estudos de Gênero, Judith Butler, ao articular os pensamentos sobre Atos de Fala de Austin e da psicanálise de Freud e Lacan, define as *práticas dos gêneros* como “atos performativos” ou “estilos corporais”, e defende que estes são “efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos” (BUTLER, 2016, p. 10) e, portanto, “punitivamente regulados e desviados sob coação” (p. 241), supondo assim, segundo descreveu Frederico Sidney Guimarães, a “emergência do *ego* por um processo de assunção identitária desvinculada de uma escolha consciente”. Ainda sobre performatividade, ele ainda afirma:

Ao pensar sobre a contradição inerente na produção dos sentidos na língua, tendo como base tanto a ideia do Discurso em Pêcheux como a do inconsciente em Lacan, o conceito de “performatividade” [BUTLER, {1990} 2016] traz uma intrigante reflexão entre teorias distintas [...]. A noção da performatividade se torna pertinente pela sua inserção no jogo de significantes presentes na própria teoria. O conceito teórico se torna, ele mesmo, um significante capaz de permitir a passagem para outros significantes (GUIMARÃES, 2015, p. 112).

Remetendo a Monique Wittig⁹, Butler ainda coloca o sexo como uma “injunção obrigatória de que o corpo se torne um signo cultural, de que se materialize em

⁹ Monique Wittig (1935-2003) foi uma escritora e teórica feminista francesa. Sua obra foi particularmente influenciada pelos escritos de Simone de Beauvoir. Por sua vez, diversas das suas obras são citadas e postas em questão por Butler ao longo do livro “Problemas de Gênero” (2016). Analisando as três autoras, Izabel Tavares-Gomes e Iole Macedo Vanin afirmam que “Em todas as autoras existe a discussão sobre consciência, do quanto se consegue entender as estruturas que oprimem, que nos oprime, e do quanto se consegue reagir as mesmas, mas no caso de Butler, a

obediência a uma possibilidade historicamente delimitada” (BUTLER, 2016, p. 240). Sob essas teorizações, Judith Butler descreve o feminismo como uma *política da identidade* – fazendo antes uma crítica à “universalidade e unidade do sujeito do feminismo” que “são minadas pelas restrições do discurso representacional em que funcionam” (p. 23), e apontando assim uma contradição entre a proposta política do feminismo e o sujeito que ele afirma representar. Dessa forma, ela propõe como uma subversão os atos performativos historicamente estruturados através de práticas significantes que “(des)regulem” tais identidades:

Se a noção estável de gênero dá mostras de não mais servir como premissa básica da política feminista, talvez um novo tipo de política feminista seja agora desejável para contestar as próprias reificações do gênero e da identidade – isto é, uma política feminista que tome a construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objeto político (p. 24-25).

A proposta que Butler faz do feminismo o traz para uma subversão da identidade e parece ter alguma convergência com um reclame por sentidos que Beatriz Bagagli sugere ser constitutivo do movimento feminista. Em seus estudos sobre os discursos do transfeminismo, no qual articula alguns recortes dos Estudos de Gênero à Análise de Discurso, Bagagli supõe que o feminismo lida com um “real¹⁰ do sexo” – porém que este não se trata do “real do sexo” da psicanálise sobre o sujeito do inconsciente e do desejo, mas de um “real do sexo em sua opacidade especificamente histórica” (2013, p. 13) que está relacionado à junção entre o “real da língua” e o “real da história” na constituição do equívoco. Esse equívoco abre brecha para os deslizamentos de sentido acerca do sexo-gênero, que dentro do movimento feminista são atestados à existência um “real próprio”, que reclama sentidos. Ela ainda aponta que há uma contradição operando na própria nomeação das disciplinas de estudos de gênero e feminismo: “Ora se fala em estudos sobre a mulher ora em estudos sobre o gênero. Esta disjunção, além de ser uma mera

proposta é na reação, nas encenações subversivas, ou melhor, que o gênero seja encenado de outra maneira; enquanto Beauvoir propõe que as mulheres não tenham filhos, e Wittig propõe a consciência lésbica” (2017, p. 12).

¹⁰ O conceito de “real” é definido de muitas formas ao longo da obra de Lacan. Segundo Wilson Camilo Chaves (2006), que investigou as definições do real em sua tese de doutorado, trata-se de uma noção muito complexa e “não apreensível”. Na obra “O Simbólico, o Imaginário e o Real”, de 1953, Lacan define o real como “o que nos escapa”. No Seminário III, “As psicoses” (1955-1956), ele nomeia o real como “o que volta sempre ao mesmo lugar”, bem como “o que escapa à simbolização”, ou ainda “na relação do sujeito com o símbolo, há a possibilidade [...] de que alguma coisa não seja simbolizada, que vai se manifestar no real”. Em diversas outras obras, ele ainda define o Real como “o impossível”, “sem fissura”, ou aquilo “que nos falta por inteiro”.

questão de nomenclatura, desvela a própria contradição que envolve o gênero/sexo enquanto real” (p. 17).

Em produção posterior, mas ainda acerca do discurso transfeminista, Bagagli vem a pensar sobre o corpo enquanto “materialidade do sujeito” (conceito elaborado por Orlandi no texto “Processos de significação, corpo e sujeito” do livro “Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia” [2016]) – produzido num processo de significação, cujos sentidos se produzem por meio de interpretações que se fazem dele – um corpo que pode, portanto, ser “lido”:

Corpos cujos sexos se apresentam enquanto crise, ambíguos, fluidos ou inclassificáveis a partir de uma perspectiva binária (masculino ou feminino) são lidos e compreendidos diferentemente daqueles corpos cujos sexos produzem ou sustentam efeitos de coerência e adequação – mesmo que tais efeitos sejam necessariamente provisórios e constitutivamente instáveis. As leituras socialmente estabilizadas sobre os corpos que produzem evidência sobre os sexos resistem a se abrirem para uma forma de leitura desses corpos em suas opacidades [...]. A opacidade do corpo na produção de sentidos sobre o sexo é condição de possibilidade de leitura e interpretação que produz tanto os efeitos de coerência se evidência sobre os sexos como os efeitos de inconformidade e falta de sentido [*nonsense*]. Há, portanto, formas de leituras que colocam à margem sujeitos cujos corpos são incompreensíveis na medida em que reiteram a naturalidade dos sentidos sobre os corpos a partir de uma noção de sexo enquanto referente estável (BAGAGLI, 2017, p. 165-166).

Nesse contexto, a autora coloca o trabalho teórico do transfeminismo como indissociável do trabalho simbólico, uma vez que ele opera como um mediador na relação entre o sujeito e a realidade – se valendo, necessariamente, da “possibilidade (estrutural) da falha da língua”. E a língua não falha apenas no *nonsense* que irrompe na leitura dos corpos e suas performances; a opacidade da língua também pode ser observada no litígio de sentidos em que os movimentos sociais se engajam, apontando falhas, lacunas e deslizos na produção discursiva da própria agenda do feminismo. Ao considerar que na relação entre interpretação e ideologia o sentido nunca é exato, Eni Orlandi faz uma crítica ao “linguisticamente correto”, asseverando que este é *politicamente falho*. Segundo a autora, isso acontece porque no processo de significação, a memória discursiva “fala por conta própria” – afinal, a memória não é cronológica, mas histórica. Essa memória, considerada a sua exterioridade, ao operar na narratividade e também na

interpretação, se organiza nas possibilidades da polissemia, sempre em função de condições determinadas e da ideologia. Considerado isso, Orlandi analisa uma “*vontade de verdade* que se configura na proposição do linguisticamente correto” (ORLANDI, 2017, p. 208).

Nos movimentos sociais, esse linguisticamente correto pode ser exemplificado na escolha e “defesa” de determinadas palavras em vez de outras, como “homoafetividade” e não “homossexualismo”, ou “transgeneridade” e não “transsexualismo”. No entanto, Orlandi defende que se não existe relação direta entre linguagem, pensamento e mundo, e, portanto, o sujeito não é transparente para si mesmo (pois sua constituição é atravessada pela ideologia e pelo inconsciente), então a construção discursiva de tais referentes não tem uma relação de transparência com o referente em si. No processo de significação nos interessa os efeitos de sentido, e por isso é necessário levar em conta a relação imaginária do sujeito com suas condições de existência – que são as condições de produção do discurso.

Além disso, interessa [...] que se considerem os modos de individuação do sujeito pelo Estado, em sua articulação simbólico-política, pelas instituições e discursos, pois é este sujeito individuado que vai se identificar com uma ou outra formação discursiva e constituir-se em sua posição-sujeito na produção de efeitos de sentido, na formação social em que vive e significa(-se) (*Idem*, p. 210).

Orlandi ainda afirma que o sujeito não se identifica com um gênero, mas “com sentidos, com uma formação discursiva, ou seja, com aquilo que em uma conjuntura dada, em uma situação dada, o sujeito pode e deve dizer, significar” (p. 210). E isso se dá na relação com a ideologia, bem como no funcionamento do interdiscurso. Dessa forma, a autora constrói sua crítica ao linguisticamente correto, sugerindo que, se por um lado, alguns autores dos estudos de gênero afirmam que por ser um “papel social” o gênero pode ser “construído” e “desconstruído”, por outro lado, segundo a análise de discurso, atravessada pela psicanálise, não é a ciência ou o binarismo social que nos determina no funcionamento da ideologia, nem é nossa vontade que determina os processos de identificação, pois esse processo é atravessado pela ideologia e pelo inconsciente, e se constitui no confronto do simbólico com o político. Assim, ela propõe que seja necessário atravessar esse

imaginário da identidade para compreender suas condições – e só então contestá-lo nas práticas sociais.

Essa discussão leva Eni Orlandi a nos propor ainda a compreensão da noção de “vontade de sistema”, que tem relação com a interpretação, e se caracteriza pela noção de compreensão universal, ou seja, “se todos compreendem bem, então é verdade”. Esse sistema considera o semelhante como igual – e foi criticado por Nietzsche, que segundo Orlandi, propõe uma “filosofia da interpretação e do signo”, uma filosofia da individualidade que sugere que tal universalidade não é possível, uma vez que a diferença, a falha e a ruptura são constitutivas do sujeito. E é por isso que a linguagem serve para comunicar, e também para não-comunicar – o que aponta exatamente para as possibilidades da interpretação.

Se valendo dessa filosofia, bem como lembrando que “onde há cesura (interdição de circulação de sentidos pelas diferentes formações discursivas possíveis) há resistência” (p. 223), Orlandi apresenta uma forma específica de resistência (ou ruptura) a qual ela chama de “nichos de vida”. Tratam-se de corpos segregados, restos do social, que, juntos, “insistem em existir”, e cuja resistência aparece no discurso desses sujeitos. “Restos de relações sociais que ‘derivam’ do movimento do social, para a não deterioração radical do corpo social, com a segregação desses corpos viventes” (p. 224). Com essa formulação, ela endossa ainda que “a sociedade se movimenta em processos de significação de resistência e/ou violência” (p. 225).

Por fim, após elucidar esses conceitos, ela então retoma a questão da “vontade de sistema” para desfechar sua articulação sobre o “politicamente falho” que é constitutivo do “linguisticamente correto”:

Podemos dizer que essa vontade de sistema que busca exatidão nas formas de denominação para encontrar a justeza dos sentidos, a justiça social, esbarra na ilusão da compreensibilidade (universal), no jogo da interpretação, na construção dos mal entendidos sociais. Não é no nome, mas na constituição dessa alteridade que reside a possibilidade de sentidos, com suas nuances, sua fluidez, seus equívocos e deslizamentos. Na sutileza da interpretação. Mal entendidos. Não no sistema, mas na individualização da compreensibilidade (ORLANDI, 2017, p. 225).

Assim, nessa aproximação proposta entre o feminismo, os Estudos de Gênero e a Análise de Discurso, percebemos como os processos de resistência

constituem um acontecimento histórico e discursivo que promove o movimento da história. No confronto entre o simbólico e o político, os conflitos sociais se evidenciam na língua, mas sempre pela falha e produzindo novos sentidos.

Os Estudos de Gênero se colocam nesse lugar de teorização da resistência e da filosofia da identidade, observando as relações e práticas sociais. Nesse percurso, propõe-se à Análise de Discurso investigar os litígios de sentido dessas práticas, os equívocos que se produzem nelas, bem como entender que no real da língua e no real da história “*residem*” as pistas para a compreensão de como essas práticas de resistência produzem novas formas de identificação.

2.3 Modos de produção, interpelação e formação do gênero

Os processos identitários e de subjetivação através das identificações de gênero produzem efeitos no modo como cada sujeito se coloca frente ao desejo¹¹. Sobre isso, Lauro Baldini afirma que “temos um corpo, e esse corpo é atravessado pela linguagem” – afirmação da qual Zoppi Fontana se vale para dizer que “pela sua inscrição no simbólico, o indivíduo se constitui a um só tempo em *sujeito ideológico sexuado*, a partir do funcionamento da ideologia e das fórmulas de sexuação” (2017, p. 14), apontando que essas estruturas se organizam em torno da falha. Além disso, a autora também expõe que:

Em relação aos processos de individuação pelo Estado e pelas relações de poder e dominação que configuram uma formação social, as identificações de gênero trabalham os processos imaginários de reconhecimento/desconhecimento que constituem os sujeitos nas suas relações sociais. É nessa relação com a alteridade que se instauram as lutas por reconhecimento de formas outras de existência histórica, produzidas por processos de subjetivação nos quais identificações de gênero e sexualidade participam tanto para a reprodução de normas quanto para sua ruptura e deslocamento. No jogo especular das formações imaginárias, das projeções antecipadas que demandam diversos modos de estar no mundo, ser reconhecido e se reconhecer em relação ao funcionamento social e histórico das masculinidades e das feminilidades, em toda sua equivocidade, faz parte do processo de constituição do sujeito do discurso (*Idem*, p. 14).

¹¹ Segundo Freud, o desejo é a necessidade de reviver a experiência de satisfação vivida no vínculo com o outro, que se torna o objeto desejado (objeto *a*). Lacan, por sua vez, define que “o desejo do homem é o desejo do outro”, e essa operação se dá de forma inconsciente.

Zoppi Fontana afirma então que nesse processo de constituição do sujeito do discurso surgem os chamados “lugares de enunciação”, que, por presença ou por ausência, configuram um modo de dizer, e que também são afetados pelos processos históricos de silenciamento. As representações imaginárias em torno desses lugares regulam os processos enunciativos através da assunção de uma legitimidade relacionada à identidade. Esses lugares de enunciação são considerados por Zoppi Fontana uma dimensão da posição-sujeito, e, portanto, “do processo de constituição do sujeito do discurso, que se instauram as demandas políticas por reconhecimento e as práticas discursivas de resistência” (*Ibidem*, p. 15). Sobre isso, Pêcheux ressalta que as práticas de resistência às formas de dominação emergem no interior do próprio processo de interpelação ideológica.

A partir dessa noção de lugares de enunciação a partir de posições-sujeito, podemos avaliar os acontecimentos históricos, nomeados “ondas” ou “fases” do feminismo, para então pensar de que forma se dão os acontecimentos discursivos nesse contexto, produzindo novos sentidos. Nesse confronto podemos vislumbrar a língua em funcionamento, através de polissemias sempre inscritas em determinadas formações discursivas. É nessa polissemia, sempre em transformação pelas relações de força exercidas pelos sujeitos em interlocução na história, que reside o real da língua – sempre considerado na sua relação com o real da história.

Retomando Beatriz Bagagli, para trazer um exemplo, se o feminismo trata do real do sexo na relação com o real da língua e o real da história, o transfeminismo (intersecção do movimento LGBT protagonizado por mulheres transexuais), por sua vez, trabalharia então “o equívoco próprio a esta relação, tornando possíveis novas formas de subjetivação”. Trazendo ainda a metáfora do “ciborgue” de Donna Haraway, Bagagli define os indivíduos transgêneros como “corpos cujas materialidades foram desenvolvidas a partir deste gesto de interpretação em suas respectivas opacidades históricas e tecno-orgânicas, marcados pela inscrição do simbólico e da política” (2013, p. 13-14). Sobre esse conceito, Haraway explica que:

Um ciborgue é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção. Realidade social significa relações sociais vividas, significa nossa construção política mais importante, significa uma ficção capaz de mudar o mundo. Os movimentos internacionais de mulheres têm construído aquilo que se pode chamar de “experiência das

mulheres”. Essa experiência é tanto uma ficção quanto um fato do tipo mais crucial, mais político. A libertação depende da construção da consciência da opressão, depende de sua imaginativa apreensão e, portanto, da consciência e da apreensão da possibilidade. O ciborgue é uma matéria de ficção e também de experiência vivida – uma experiência que muda aquilo que conta como experiência feminina no final do século XX. Trata-se de uma luta de vida e morte, mas a fronteira entre a ficção científica e a realidade social é uma ilusão ótica (HARAWAY, 2009, p 36).

Com essa elaboração, Haraway atenta para o fato de que esse corpo ciborgue é protagonista de guerra sem fronteiras no qual estão em jogo os territórios da produção, da reprodução e da imaginação, e defende ainda essa confusão de fronteiras, bem como a responsabilidade de sua construção. Com uma visão apocalíptica (buscando contribuir para a teoria e cultura socialista-feminista na tradição utópica de um mundo sem gênero, e talvez sem gênese e sem fim), ela defende que o ciborgue é essencialmente perverso, não busca um corpo constituído na unidade original e tampouco sonha com a comunidade baseada na família orgânica; ele é antes o *telos* de uma subjetivação abstrata. Um corpo que é “filho ilegítimo” do capitalismo, a cujo acontecimento histórico tributamos essas novas formas de identificação da qual os movimentos sociais de gênero tentam dar conta.

No embate em questão se encontram todos aqueles corpos que se apartam dos modelos tradicionais de gênero, de sexualidade, bem como de qualquer relação com uma tradição ocidental cristã patriarcal. Nesse contexto estão todos os sujeitos produzidos nessa “história do gênero” – militantes ou não, mas dotados desses corpos inscritos em novas formas de subjetivação –, que na relação de interlocução que têm estabelecido no ciberespaço através de tantas próteses (computadores, *tablets*, *smartphones*, câmeras *fullHD*) e avatares (jogos, redes sociais), se veem mais ciborgues que nunca.

3 DISCURSO EM REDE: TEXTUALIDADES DIGITAIS

A história das tecnologias digitais como conhecemos hoje pode ser observada, segundo André Lemos, a partir da invenção do telégrafo, passando por outras tecnologias como o telefone, o cinema, os satélites. Tratam-se de “instrumentos de simulação, formas técnicas de alterar o tempo-espaço” a partir das quais os sujeitos se relacionam. E essa alteração do “espaço-tempo” se tornou muito mais intensa a partir da informatização das telecomunicações, como o próprio autor explica:

O que chamamos de novas tecnologias de comunicação e informação surge a partir de 1975, com a fusão das telecomunicações analógicas com a informática, possibilitando a veiculação sob um mesmo suporte – o computador –, de diversas formatações de mensagens. Essa revolução digital implica, progressivamente, a passagem do *mass media* (cujos símbolos são a TV, o rádio, a imprensa, o cinema) para as formas individualizadas de produção, difusão e estoque de informação (LEMOS, 2004, p. 68).

Se pressupormos que uma “revolução” caracteriza, necessariamente, um acontecimento histórico, então é imperativo observar a “revolução digital” nomeada por Lemos como um acontecimento. Sobre tal revolução, essas novas tecnologias, caracterizadas essencialmente pelo computador (e suas formas atualizadas, como *tablets* e *smartphones*) e pela *internet* – ou seja, o suporte físico e o digital –, devem ser consideradas, ainda segundo Lemos, “em função da comunicação bidirecional entre grupos e indivíduos, escapando da difusão centralizada da informação massiva” (*Ibidem*). Essa forma de comunicação é o que chamamos de *ciberespaço*, que não é um lugar físico, mas digital, codificado sob a forma de *bytes* (valor referente à quantidade de dados digitais) e *pixels* (transcrição desses valores para uma tela, de forma que possa ser vista e lida pelo usuário).

Essa nova forma de comunicação transformou a maneira como os sujeitos se relacionam, ou seja, transformou e continua transformando a relações de intersubjetividade e a natureza do “eu” e da sua relação com o outro. Cristiane Dias (2012) afirma que o ciberespaço produziu novos rituais de circulação, novas relações de força, novas ciências e formas de conhecimento, e até mesmo novas crenças e concepções de mundo. Em complemento, Arlindo Machado sugere como

o processo de “assujeitamento” característico da nossa cultura pictográfica se modificou profundamente a partir dessa nova era tecnológica (2007, p. 31):

No ciberespaço, a ressonância entre vários sujeitos “*interfaceados*” (expressão de Couchot¹²), por mais autêntica que possa parecer, é enormemente mediada por toda uma parafernália eletrônica, muito difícil de ser dissimulada. Diante de mim há um computador; eu tenho de acioná-lo através de comandos de teclado ou do deslocamento do *mouse* ou do *joystick*. Mesmo nos dispositivos de realidade digital, que tentam simular um efeito cinematográfico, eu necessito de capacetes e luvas especiais, além de outras próteses, ou, no mínimo, e sensores e dispositivos apontadores que me permitam enviar *inputs* para a máquina e receber dela os *outputs* sensoriais. Assim, mesmo que os diversos sujeitos estejam interagindo uns com os outros, baseados no sentimento de um presente compartilhado em tempo real, na realidade seus interlocutores não estão realmente presentes; entre eles, há uma interposição de um gigantesco aparato tecnológico; importantes processos computacionais estão não apenas mediando, mas também conformando essa relação. Se, como observa Couchot, o modo dialógico de interação que ocorre no ciberespaço se aproxima bastante da comunicação linguística, pela sua imediatez e sua referência a um presente compartilhado por vários sujeitos, ele se afasta também desse modelo porque o presente vivenciado não é próprio dos sujeitos que interagem. Imensamente mediados pelo *hardware* e *software* do dispositivo tecnológico, os sujeitos resvalam para fora do tempo da comunicação.

Essa mediação tecnológica das relações em rede não é apenas uma nova forma de comunicar, mas, principalmente, modifica em diversos aspectos a relação entre os indivíduos e a própria identidade do sujeito-conectado. O “eu” da *internet* se configura, então, a partir de novas demandas na relação entre os interlocutores.

3.1 Condições de produção na era da *internet*

Se retomássemos o segundo capítulo dessa dissertação para questionar se os movimentos sociais que conhecemos hoje se constituiriam da forma que são se não houvesse *internet*, que respostas poderiam ser suscitadas? A forma como a memória discursiva se constitui hoje tem uma total relação de dependência com esse ciberespaço. Na senda dessas memórias, formações discursivas emergem à

¹² COUCHOT, Edmond. *La Technologie Dans L' Art: de la photographie à la réalité virtuelle*. Nîmes: Éditions Jacqueline Chambon, 1998.

luz de uma nova dinâmica de circulação, interdiscursos se inter cruzam e se proliferam, deslizamentos e deslocamentos produzem novos sentidos, e o sujeito do século XXI dá nome a novas formas de subjetivação.

Não é possível narrar a história do presente sem levar em consideração que as condições de produção do discurso hoje passam, inelutavelmente, pela rede mundial de computadores. Maria do Rosário Gregolim salienta como esse acontecimento altera a forma como a história passa a ser discursivizada, bem como o modo como a interlocução entre sujeitos produz e movimenta sentidos:

Na sociedade contemporânea, a mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual é construída uma “história do presente” como um acontecimento que tenciona a memória e o esquecimento. [...] Esse efeito de “história ao vivo” é produzido pela instantaneidade da mídia, que interpela incessantemente o leitor através de textos verbais e não-verbais, compondo o movimento da história presente por meio da ressignificação de imagens e palavras enraizadas no passado.
[...] Determinadas figuras estão constantemente sendo recolocadas em circulação e permitem os movimentos interpretativos, as retomadas de sentidos e seus deslocamentos. Os efeitos identitários nascem dessa movimentação dos sentidos (GREGOLIM, 2007, p. 16).

Como efeito dessas mudanças produzidas pelas tecnologias digitais, as relações também se modificam fora delas. Retomando a afirmação em que Eni Orlandi diz que as redes sociais são espaços fundamentalmente urbanos, devemos nos atentar para como esse sujeito reidentificado em função da sua relação com as redes ressignifica seu lugar – o físico, urbano, e o social, interacional. Cristiane Dias confronta essa materialidade do todo digital, sabendo que é impossível enxergar o todo, mas reconhecendo os acontecimentos que engendram os processos discursivos ciberespaciais:

Entendo que é a evidência do tempo em relação ao espaço que é preciso saber compreender nessa mudança histórica produzida pelas novas tecnologias digitais, pois na medida em que soubermos interpretar nosso tempo, saberemos circular pelo espaço “móvel de descolamentos e retomadas”, sem que se apague o tempo de reflexão que é o espaço do conhecimento (DIAS, 2012, p. 37).

Nesse percurso, ao pensarmos a *internet* como um meio midiático tanto quanto as mídias tradicionais, perceberemos que, por um lado, a circulação de

sentidos se faz presente muitas vezes sob a sombra da informatização dos próprios meios tradicionais, reverberando discursividades correspondentes às grandes empresas de mídia que trabalham no rumo na produção de uma narratividade correspondente à ideologia dominante, sustentada por um efeito de verdade, de realidade e de memória típico das mídias tradicionais. Por outro lado, a circulação de materialidades na mídia eletrônica como um todo é bastante heterogênea, com diferentes tomadas de posição possíveis, mais do que nunca, sujeitos cujas vozes se viam silenciadas fora dessa possibilidade de interlocução. Assim, as mídias eletrônicas são territórios de novos embates por sentidos, onde se produzem deslocamentos e acontecimentos discursivos, caracterizando condições de produção ineditamente favoráveis para a contradição e para a circulação de sentidos correspondentes às ideologias dominadas.

Freda Indursky (2017) nos adverte que, ao pensarmos as diferentes formas da discursivização do político, os sujeitos que não se identificam com a ideologia dominante não são qualificados para fazer parte da “cena enunciativa” que a mídia tradicional constrói, estando, portanto, “condenados ao silêncio”, impossibilitados de produzir sentidos. Com a *internet*, esses sujeitos silenciados encontraram espaço para inscrever-se e subjetivar-se, “exercendo resistência a partir desse lugar discursivo” (p. 82). No entanto, ressalva:

Mas não podemos ser ingênuos e pensar que, com a comunicação em rede, tudo mudou, que a liberdade plena foi alcançada. Este espaço também está sujeito ao controle dos sentidos, e às tentativas de desqualificação de determinadas tomadas de posição. Mas a grande diferença que o espaço eletrônico oferece é que não está blindado.

Em suma: enquanto as duas outras grandes mídias [televisiva e impressa] se inscrevem em uma FD hegemônica, alinhadas aos interesses do grande capital, na mídia eletrônica, diferentes tomadas de posição encontram espaço para inscrever-se. Nela, há uma grande heterogeneidade nas tomadas de posição, não só por parte daqueles que produzem essas materialidades, mas também por parte daqueles que as leem, comentam e compartilham (INDURSKY, 2017, p. 82).

Assim podemos entender um cenário em que a interlocução entre os sujeitos é pautada, dentre outros aspectos, pelos conflitos ideológicos através dessa incessante produção discursiva que se materializa em diferentes formatos do campo digital. A relação do tempo e do espaço se deforma e se reforma, se acelera e nunca

se estabiliza, se multiplica e se fraciona, e os sujeitos se modificam e se (re)constituem nela e através dela.

3.2 O sujeito-vlogueiro na constituição do *vlog* (e o *vlog* na constituição do sujeito)

Característicos por sua veiculação no Youtube.com, os “*vlogs*” são conjuntos de vídeos arquivados em um “canal”, que é nomeado e indexado por seu “autor”, a quem chamamos “vlogueiro”. O site Youtube se descreve sob a afirmativa de que “Nossa missão é dar a todos uma voz e revelar o mundo”¹³ – enunciado que produz um efeito de imparcialidade, sob a égide do conceito de “democratização dos meios de comunicação” que a *internet* inaugurou. Pensando o Youtube como um espaço de arquivamento e leitura na contemporaneidade, Juciele Dias o descreve da seguinte forma:

Se tomado enquanto um espaço de arquivamento do discurso audiovisual, o Youtube é construído por uma dispersão de temáticas e determinado por um sistema seriado de vídeos que leva a outros vídeos, por relações entre palavras que puxam outras palavras, em (re)construções morfossintáticas, repetindo-se. É próprio do funcionamento dessa rede social a tensão entre a dispersão e o sistema seriado que conduzem a cristalizações de sentidos e que demanda um trabalho de desautomatização das evidências de sentido desse funcionamento, pois no Youtube há formas de resistência de diferentes posições-sujeito em relação às tentativas de controle do sentido (DIAS, 2013, n.p.).

E a nós interessa entender a posição-sujeito em funcionamento no Youtube a partir do conceito de “autor-vlogueiro”. Primeiro, sobre essa designação, Guilherme Adorno, em sua tese intitulada “Discursos sobre o eu na composição autoral dos *vlogs*” (2015), trabalha, dentre outros conceitos, as equivocidades das nomeações “vlogueiro” (ou “*vlogger*”, em inglês), “youtuber” e “criador de conteúdo”, quem podem ser interpretadas numa relação parafrástica, e sobre as quais ele afirma que “os sentidos sobre o “eu” são entremeados por laços equívocos com o (não) institucional, com o espaço de possibilidades de produzir e fazer circular textos, com o outro (imaginário) e com o Outro (Interdiscurso)” (p. 25).

¹³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/intl/pt-BR/yt/about/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

Uma similar relação parafrástica pode ser interpretada das designações “vlog” e “canal”. A eleição, portanto, do binômio *vlog-vlogueiro*, que não exclui suas paráfrases, se dá por conta da relação com a referência de Adorno, que elege esse termo como central no decorrer da sua tese; também o fazemos pela ausência de uma auto-designação “vlogueiro/youtuber” que poderia ser marcada pelos autores do *Canal das Bee*, e também para evitar a polissemia produzida pela palavra “canal” – que já basta como parte do título do próprio *vlog*, e considerando que a palavra “vlog” nos permite “fechar os sentidos” por seu uso mais específico.

Adorno descreve “vlog” como “*uma pessoa que fala para a câmera sobre a vida particular*” (p. 31, grifo do autor); esse termo, ainda segundo o autor, é oriundo do conceito de “blog com vídeo” (“videoblogue”, “videolog”, “vlog”), e essas “distintas nomeações são indício dos processos difusos que constituem esses recortes temporais da inauguração de um *tipo*” (p. 37, grifo do autor). Este “tipo”, por sua vez, é entendido por Adorno como uma espécie de ritual de produção “de um modo e não de outro”, e ainda “*um efeito de continuidade*”. E completa:

Quando se está identificado ao ritual de um tipo, a tendência é repeti-lo, apesar do confronto constitutivo com o simbólico e o político que pode sempre produzir deslocamentos em condições determinadas. Um produto-processo que se faz na tensão. Uma constitutiva descontinuidade (ADORNO, 2015, p. 38).

A partir dessa descrição trazida por Adorno, podemos pensar, mais adiante, como os sentidos de “vlog” deslizam e se atualizam no ato da descrição feita pelo próprio *Canal das Bee*.

Não podemos ignorar, ainda, que a escolha de tal materialidade discursiva implica em desafios peculiares referentes ao seu formato, pois a posição-sujeito do enunciador vlogueiro engendra uma textualidade cuja memória discursiva é ainda mais difícil de identificar que em outros formatos textuais em que o protagonismo autoral no discurso – o “eu” – não é tão proeminente.

Nessa consideração, o autor entende o *vlog* como um “ritual de linguagem ainda em processos tensos de cristalização da sua textualidade e autoridade em um lugar histórico do poder-dizer do eu e diferenciando-se, gradualmente, de outras textualidades digitais” (*Idem*, p. 17). Não há, nessa forma de textualidade, um “efeito de referência” evidente que aponte uma institucionalidade que produza um efeito de

verdade/realidade, e tampouco que valide este autor como portador de um discurso de autoridade.

As práticas de autoria, segundo Mônica Zoppi Fontana (2017, p. 237-239), são configuradas pelo produtivismo acadêmico, numa relação em que essa produção é reduzida ao valor que ela agrega ao nome de um autor. Mas essa prática científica se configura a partir de determinadas “condições materiais de existência”, que são constituídas pelas condições ideológicas que atravessam o processo de produção, pelas condições de desenvolvimento técnico-tecnológico e seus efeitos no modo de produção de conhecimento, bem como pelas condições estruturais (espaço físico, instituições de realização, condições sociais, etc) dessa produção.

Essas práticas de autorias, nas condições atuais de produção (desenvolvimento tecnológico, mídias digitais, etc), potencializam seu funcionamento, produzindo um efeito que a autora nomeou de “autoria-fetichismo”. Zoppi Fontana observa então que esse efeito, associado à circulação massiva das redes sociais e da mídia televisiva, produz a figura do “intelectual midiático”, que intenta a fidelização do público e vindo até mesmo a se tornar uma “celebridade” – e a figura do *youtuber* (ou “vlogueiro”) se conforma nesse contexto.

A partir do entendimento desse processo, Adorno se propõe a analisar o funcionamento do assujeitamento do indivíduo que produz o *vlog* (o “vlogueiro”) compreendendo-se a constituição “eu” nesse tipo de mídia, pois:

O vlogueiro ocupa um lugar de dizer que não se fecha no efeito de unidade de seu próprio *vlog*, ainda que se apresente a ele como a enunciação de si na seguridade do “eu” que fala a um “tu”. [...] A representação de um “eu” na enunciação coloca um “tu” como o outro, outro objeto, outro indivíduo. [...] O sujeito, no enunciado do *vlog*, é a representação simbólica e imaginariamente suportada do sujeito do discurso historicamente constituído, atravessado pelo significante em subversões invisíveis ao “eu” centrado, “incorrutível” pelo “tu”. Marcas do sujeito deixadas na materialidade complexa do *vlog* (ADORNO, 2015, p. 50).

Esse “eu” vlogueiro corresponde a um sujeito que fala diretamente para a câmera, e nesse movimento enunciativo é necessário considerar as condições de produção do discurso, que também levam em consideração seu aspecto composicional. Isso significa que, ao analisar o sujeito vlogueiro e o seu dizer, é

necessário antes analisar os elementos externos que constituem esse lugar de fala – ou seja, é necessário analisar a modalidade midiática em questão tanto no aspecto técnico quanto no aspecto das regularidades discursivas próprias dessa categoria de materialidade.

4 CONCEITOS MOBILIZADOS PARA A ANÁLISE DISCURSIVA

A maioria dos conceitos a serem descritos neste capítulo é a base para o procedimento de análise. No entanto, existem ainda diversos conceitos mais específicos que emergem no confronto com a materialidade discursiva, pois é característico na Análise de Discurso que o dispositivo de análise se constitua na medida em que o procedimento se desenvolve. Assim, no entendimento do dispositivo teórico, o dispositivo analítico seguirá na articulação de novas compreensões, através das quais realizaremos nossas interpretações. Dito isso, sigamos para a definição de tais conceitos que consideramos fundamentais para responder às questões suscitadas nesta dissertação.

4.1 Dispositivo teórico

A Análise de Discurso foi inicialmente formulada pelo círculo de intelectuais em torno do filósofo francês Michel Pêcheux nos anos 60-70 do século XX e, posteriormente, pela linguista Eni Orlandi, no Brasil dos anos 80 até os dias de hoje. Trata-se de uma articulação teórica entre a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise, e investiga as maneiras de significar, as produções de sentido, suas condições e seus efeitos. A Análise de Discurso observa a relação entre a língua e os sujeitos que falam, bem como as situações em que se produz o dizer, buscando-se regularidades na linguagem e relacionando-a a sua exterioridade. Conforme explanado por Eni Orlandi (2015, p. 19-20), “a linguagem é a mediação entre o homem e a realidade, e essa mediação é o discurso”. O processo discursivo é, portanto, segundo Michel Pêcheux (2016), efeito de sentido entre locutores em dadas condições históricas de produção. Ele completa:

*A discursividade não é a fala (parole), isto é, uma maneira individual “concreta” de habitar a “abstração” da língua; não se trata de um uso, de uma utilização ou da realização de uma função. Muito pelo contrário, a expressão *processo discursivo* visa explicitamente a recolocar em seu lugar (idealista) a noção de fala (parole) juntamente com o antropologismo psicologista que ela veicula (p. 82).*

Orlandi (2015) complementa esse pensamento ao esquematizar algumas características que a Análise de Discurso reconhece como fundamentais no que diz respeito ao funcionamento do discurso:

A língua possui sua ordem própria;
A história tem seu real afetado pelo simbólico;
O sujeito da linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e da história. Em outras palavras, o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia (p. 17-18).

Orlandi também afirma que, “o discurso é o lugar onde se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (*Idem*, p. 15). Esse discurso pode ser analisado através, por exemplo, de enunciados devidamente contextualizados, pois tal contexto é constitutivo do sujeito, e é essencial para entender a formação discursiva do mesmo. É necessário esclarecer que o “contexto” não trata apenas do imediato, mas também de condições históricas mais amplas, afinal, a situação imediata não é transparente aos sujeitos, pois é afetada pelas relações de força da história, pelos direcionamentos ideológicos e pelo jogo de imagens das formações imaginárias.

Já os conceitos de interdiscurso e intradiscurso são definidos por Orlandi de das seguintes formas: “O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido” (2015, p. 31-32). Assim, a autora coloca o interdiscurso como o eixo vertical, onde teríamos todos os dizeres já ditos (e esquecidos) que “representam o dizível”, enquanto o intradiscurso seria o eixo horizontal, que tem a ver com a noção de “formulação”, ou seja, o que está sendo dito naquele momento, em condições dadas.

Os conceitos de “formulação” e “narratividade” se relacionam na compreensão de que a narratividade é a formulação dos sentidos. A formulação é descrita como “a textualização do discurso”, na qual “há espaços de interpretação e de construção de sentidos que são descontínuos, impalpáveis, e que resultam quase invisíveis na formulação. Mas funcionam produzindo efeitos de sentido” (ORLANDI, 2017, p. 204). Já a narratividade é a inscrição na linguagem, onde a memória se constitui; trata-se do “modo como a memória se diz” (p. 207).

Outro conjunto de conceitos a serem compreendidos são os de “campo discursivo” e “espaço discursivo”, elaborados por Dominique Maingueneau.

O “campo discursivo” é definível como um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região. O recorte de tais campos deve decorrer de hipóteses explícitas e não de uma partição espontânea do universo discursivo. Certamente, a tradição legou um certo número de etiquetas (campos discursivos religioso, político, literário, etc.), mas estas são grades extremamente grosseiras, de pouco interesse para a AD, que é obrigada a considerar múltiplos parâmetros para construir campos pertinentes.

O “espaço discursivo”, enfim, delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantém relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados. Este é, pois, definido a partir de uma decisão do analista, em função de seus objetivos de pesquisa. Não é por simples comodidade que determinados subconjuntos são recortados (porque seria difícil apreender um campo discursivo em sua totalidade), mas também e sobretudo porque uma formação discursiva dada não se opõe de forma semelhante a todas as outras que partilham seu campo: certas oposições são fundamentais, outras não desempenham diretamente um papel essencial na constituição e preservação da formação discursiva considerada (1997, p. 116-117).

Na relação com os campos e espaços discursivos, bem como a formação discursiva, estão as noções de ideologia e de relações de força/poder. Os estudos sobre o discurso tomam como base as teorias althusserianas acerca desses conceitos, e nesse caminho Eni Orlandi define “ideologia”, no contexto da Análise de Discurso e, portanto, considerando o funcionamento da linguagem, como sendo “a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, para que se produza o dizer” (p. 44). Já sobre as relações de força, a autora explica que uma fala pode “valer” mais do que outra:

“Podemos dizer que o lugar a partir do qual o sujeito fala é constitutivo do que ele diz. Assim, se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar de aluno. O padre fala de um lugar em que suas palavras têm uma autoridade determinada junto aos fiéis, etc. Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na ‘comunicação’. A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno” (2015, p. 37).

No liame com as relações de força estão as formações imaginárias, que ao contrário de dizer respeito ao “sujeito empírico” em seu lugar na sociedade, trata-se,

na verdade, da projeção imaginária que esse sujeito tem sobre essas relações. Segundo Orlandi, “são essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições do sujeito no discurso. Essa é a diferença entre *lugar* e *posição*” (*Idem*, p. 38, itálicos nossos).

A partir da compreensão das noções de ideologia e de relações de força, formações imaginárias, lugares do sujeito e posição-sujeito, podemos então tentar esclarecer a diferença entre “ideologia dominante” e “ideologia dominada” – conceitos que estão relacionados à luta de classes. A ideologia dominante diz respeito, em suma, ao funcionamento das formações discursivas da classe dominante. Em contrapartida, a ideologia dominada não pode ser descrita simplesmente como funcionamento das ideologias da classe dominada como se ambas se tratassem de formações ideológicas simetricamente antagônicas. Segundo Pêcheux (1990, p. 16), “as ideologias dominadas se formam *sob* a dominação ideológica e **contra** ela, e não em um ‘outro mundo’, anterior, exterior ou independente”. Gramsci (1999) ainda pode ser colocado em relação a essa ideia quando afirma que as ideologias dominadas buscam criar uma nova forma ético-política ao estabelecer uma tensão nas relações de poder, o que proporciona diversas mudanças sociais ao longo desse processo histórico da luta de classes.

A noção de ideologia na Análise de Discurso também diz respeito ao seu funcionamento nas relações entre os sujeitos, considerando seu papel na produção de sentido. Segundo Eni Orlandi (2015, p. 43):

O fato de que não há sentido sem interpretação atesta a presença da ideologia. [...] E, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer? Nesse movimento da interpretação o sentido aparece-nos como evidência, como se ele estivesse já sempre lá. [...] Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico. Por esse mecanismo – ideológico – de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparências – como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas. Esse é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência.

É necessário lembrar ainda que, conforme elaborou Michel Pêcheux, se o discurso é efeito de sentidos entre locutores em dadas condições de produção histórica, o conceito de “sentido”, segundo Orlandi (2015, p. 40), pode ser descrito da seguinte forma:

O sentido não existe em si, mas é determinado pelo processo socio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas “tiram” seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

Assim, o “efeito” de sentidos é exatamente essa produção de sentido que está relacionado às formações discursivas do sujeito – ou seja, de que forma esse sujeito se relaciona com as ideologias dominante e dominada nas relações de força que se estabelecem entre diferentes posições-sujeito. Isso quer dizer que tal efeito de sentido não está sob o controle do sujeito, como se fosse uma mensagem transmitida com clareza. Em vez disso, os sentidos se transformam, sendo atravessados pelas formações ideológicas nas quais os interlocutores se inscrevem.

Sobre o conceito de “formações imaginárias”, Eni Orlandi (2015) define que:

As condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem), e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?), mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também da do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). É, pois, todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras. E se fazemos intervir a antecipação, este jogo fica ainda mais complexo, pois incluirá: a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante (p. 38).

Conseqüentemente, pode-se dizer que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas formações discursivas que se dão no processo sócio-histórico. Como disse Orlandi (2015, p. 40), “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam”. Enquanto isso, a noção de “formação discursiva” permite compreender o processo de produção de sentidos e sua relação

com a ideologia – além de dar ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso. Segundo Pêcheux (2016, p. 147):

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada e uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*.

[...]

Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas: [...] os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representa “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes.

Além disso, não se podem pensar as formações discursivas como blocos homogêneos funcionando automaticamente. Elas são heterogêneas, constituídas pela contradição, e suas fronteiras são fluidas, reconstituindo-se continuamente em suas relações.

4.2 Língua de madeira, língua de vento e língua metálica

Considerando a materialidade da língua em sua ordem material, ou seja, inscrita na história, temos o entendimento do discurso como aquilo que constitui o sujeito, que atravessado pela ideologia, produz sentidos em dadas condições de produção. Nessa relação com a história, a língua se constitui de diferentes formas, configurada em diferentes sistemas de enunciação. Dentre esses sistemas, encontram-se aqueles que chamamos de “língua de madeira”, “língua de vento” e “língua metálica”.

A língua de madeira, segundo Gadet e Pêcheux (2004), é “a língua do direito”, dura como madeira, que em seu sistema fechado de caráter autoritário e fóbico, proclama a transparência dos sentidos na sua relação com o mundo. Trata-se da “maneira política denegar a política: o espaço do artifício e da dupla linguagem, linguagem de classe dotada de senha e na qual para ‘bom entendedor’ meia palavra basta” (p. 24).

Já a língua de vento, ainda conforme os autores, tem funcionamento fluido e diversos sentidos possíveis. É a língua da publicidade e da política, organizada de

maneira tão sutil quanto ágil. Sobre ela, Gadet e Pêcheux afirmam que a língua de vento “permite à classe no poder exercer sua maestria, sem mestre aparente. Ela não serve tampouco a seu mestre. O imperialismo fala hoje uma língua de ferro, mas aprendeu a torna-la tão leve quanto o vento” (*Idem*, p. 24).

Orlandi (2012) também discorre sobre o que vem a ser a língua de vento, relacionando-a a uma “política do performativo” característica do século XXI e sempre relacionada com a ideologia, através da qual “demos mais uma volta na roda da propaganda e nos aprofundamos no funcionamento das novas formas de assujeitamento” (2012, p. 123). Segundo Viviane Brust (2015):

Compreendemos, por essas línguas, as configurações do Estado moderno, quer democrático, quer autoritário. É por ele que se dão as políticas linguísticas, alicerçadas na instituição (ato de instituir) e na institucionalização (ato de institucionalizar), a língua que se torna a língua nacional e a língua de Estado ou a língua oficial (p. 1233).

A língua metálica, por sua vez, está relacionada, segundo Orlandi (1990; 2004), à informatização e à “memória metálica” (em contraponto à memória discursiva e à memória histórica), que é a memória das máquinas, dos computadores. Acessando essa memória metálica, a língua metálica funciona sob as regras dos códigos que conformam o funcionamento de toda a informatização, e diz respeito principalmente à circulação, em seus movimentos de repetição, reprodução, replicação, etc. Conforme Eni Orlandi, a memória metálica:

[...] não se produz pela historicidade, mas por um construto técnico (televisão, computador etc.). Sua particularidade é ser horizontal (e não vertical, como a define Courtine), não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai-se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma. Quantidade e não historicidade. As diferentes formas de memória acarretam diferenças no circuito constituição/formulação/circulação e também afetam a função-autor e o efeito leitor. Isto porque qualquer forma de memória tem uma relação necessária com a interpretação (e, conseqüentemente, com a ideologia.). Aliada a questão da memória está o fato de que a forma material que é o texto mexe com a natureza da informação, produz efeitos sob o modo como ela funciona. A natureza do significante (diferentes linguagens) intervém na produção do objeto e este objeto, por sua vez, constitui o modo de significação deste gesto simbólico (2006, n.p.).

Cristiane Dias (s.a.) cita os mecanismos das redes sociais para exemplificar esse funcionamento da memória metálica. A possibilidade de se replicar um dizer ao compartilhá-lo produz um esvaziamento de sentido através desse esvaziamento do “dizer pela quantidade” no eixo da circulação. “O sentido é da ordem da quantidade não da historicidade desses dizeres. É da instância de sua circulação” (s.a.; n.p.). No percurso dessa saturação de sentidos, que é vazia de ato enunciativo, a forma como os sujeitos entram em interlocução ganha um novo funcionamento, uma condição de produção cuja memória é tão rígida quanto evanescente.

4.3 Ideologia, discurso, sujeitos – perspectiva discursiva

Louis Althusser explica a ideologia através de um aspecto geral, e não das *ideologias particulares* que, segundo ele, “exprimem sempre, seja qual for a sua forma (religiosa, moral, jurídica, política), *posições de classe*” (ALTHUSSER, 1992, p. 71). A principal diferença entre *a ideologia em geral* e *as ideologias particulares* é que estas possuem uma história relacionada à classe e à regionalidade, enquanto a primeira, a ideologia, esta *não tem história*. No entanto, isso não quer dizer (segundo Althusser, resgatando a *Ideologia Alemã* de Marx) que não haja história (pois ela é “apenas o pálido reflexo, vazio e invertido, da história real”), e sim que não possui uma “história *própria*” (*Idem*, p. 74). Ela é, afinal, “uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com as suas condições de existência” (*Ibidem*, p. 77).

Pêcheux se vale de Althusser então para explicar que, primeiro, no que concerne às “condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção”, a ideologia não é o único elemento causador dessa transformação, pois isso equivaleria a ignorar “as determinações econômicas que condicionam ‘em última instância’ essa reprodução/transformação das relações de produção de uma formação social” (PÊCHEUX, 2016, p. 129). E continua:

Ao falar de “reprodução/transformação”, estamos designando o caráter intrinsecamente contraditório de *todo modo de produção que se baseia numa divisão em classes, isto é, cujo “princípio” é a luta de classes*. Isso significa, em particular, que consideramos errôneo localizar em pontos diferentes, de um lado, o que contribui para a reprodução das relações de produção e, de outro, o que contribui para a sua transformação: a luta de classes atravessa o modo de

produção em seu conjunto, o que, na área da ideologia, significa que a luta de classes “passa por” aquilo que L. Althusser chamou os aparelhos ideológicos de Estado (*Idem*, p. 130).

Pechêux afirma ainda que os AIEs não são a “expressão” da dominação da ideologia da classe dominante; eles são, na verdade, seu lugar de realização. No entanto, os AIEs tampouco são instrumentos exclusivos da classe dominante que reproduzem puramente as relações de produção existentes; os AIEs “constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas das transformações das relações de produção (isto é, da revolução, no sentido marxista-leninista)” (*Ibidem*, p. 131).

Pode-se dizer então que a materialidade concreta da ideologia existe sob a forma de “formações ideológicas”, ou seja, as “ideologias particulares”, existentes sob um caráter regional e relacionadas às posições de classe. Portanto, as práticas ideológicas são “práticas de classes”. Seguindo esse raciocínio, a dominação da ideologia da classe dominante “subjuga” as transformações das relações de produção (opondo-se a elas, freando-as ou impedindo-as). Para tanto,

O aspecto ideológico da luta para a transformação das relações de produção se localiza [...] na luta para impor [...] *novas relações de desigualdade-subordinação* [...]. Resumindo: a objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com o dominante” das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes (*Ibidem*, p. 133-134).

Althusser discorre ainda sobre a relação da ideologia com os sujeitos, partindo da máxima de que “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”. Para tentar esclarecer essa afirmação, o autor sugere que “só há prática através de e sob *uma* ideologia”, ou seja, *uma* formação ideológica concreta, e “só há ideologia [geral] pelo sujeito e para sujeitos”.

4.4 A resistência nos processos de reprodução ideológicos

Apesar de nos referirmos às bases do althusserianismo para introduzir a noção de *ideologia*, no anexo intitulado “Só há causa daquilo que falha”, no livro

“Semântica e Discurso”, Michel Pêcheux constrói uma crítica à uma certa interpretação dos AIEs, pensando uma “resistência” constitutiva do sujeito interpelado pela ideologia, questionando assim a afirmativa althusseriana de que não seria possível a esse sujeito “ser fora” da ideologia da classe dominante. Maria do Rosário Gregolin, recortando Pêcheux, nos oferece uma interpretação do citado anexo:

Se os aparelhos ideológicos são “máquinas” que apenas reproduzem a ideologia dominante, qual é a ação do sujeito na História? Ela fica reduzida a nada: daí as críticas a Althusser, de que ele “mata” a História... Essas leituras – sublinha Pêcheux – levam a um paradoxo: apresentar o althusserianismo como “um pensamento da Ordem e do Senhor, que se institui da dupla elisão da História (encerrada, fechada na Reprodução) e do Sujeito (reduzido ao autômato que ‘marcha só’)” (GREGOLIN, 2004, p. 139).

Assim, Pêcheux põe em cheque, fazendo também uma autocrítica ao conceito de assujeitamento proposto em “Semântica e Discurso”, ou a ideia de “sujeito assujeitado por uma interpelação bem sucedida” ou “assujeitamentos acabados” nessa contradição da “luta de classes”. Esta, segundo ele, o assujeitamento “é um processo sem fim de retificações coordenadas, que se sustentam pela urgência de uma posição a ser defendida e fortalecida frente ao que se poderia chamar a adversidade do pensamento” (PÊCHEUX, 2016, p. 270). Ele ainda complementa sua retificação ao criticar também a relação que fizera anteriormente (na publicação da *Langages 37*) entre os conceitos de “esquecimento” (AD) e “recalcamento” (psicanálise), pois “os traços inconscientes do significante não são jamais ‘apagados’ ou ‘esquecidos’, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação do *sentido/non-sens* do sujeito dividido” (*Idem*, p. 277). Assim, ele nos concede a conclusão de que “não há dominação sem resistência” e que “ninguém pode pensar no lugar de quem quer que seja”, sendo, portanto, necessário “ousar pensar por si mesmo” (*Ibidem*, p. 281).

Em outro escrito, Pêcheux propõe que, em contraposição ao termo marxista “luta de classes”, o empreendimento do conceito de “luta de descolamento ideológica”, que, segundo ele, “poderia descrever os tipos de choque de deslocamentos, que não colocam em oposição classes, ‘interesses’, ou determinadas posições *prévias*, mas que tratem a reprodução/transformação das relações de classes” (PÊCHEUX, 2011, p. 114-115). Esse conceito permite

questionar a noção de “discurso político”, reavaliando suas fronteiras no que tange aos processos de domínio/exploração capitalista (não só das relações de trabalho, mas em tantas outras relações de força, como a sexualidade, a vida privada, a educação), pois essa exploração se adapta, se transforma e se reorganiza. E completa:

As proposições de Althusser sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado, que procuram dar continuidade a determinadas colocações de Gramsci a respeito do conceito de hegemonia e da proximidade invisível do Estado no Cotidiano, formam uma ajuda valiosa nessa direção, se ela for interpretada de tal forma que os processos de reprodução ideológicos *também* sejam abordados como local de *resistência múltipla*. Um local no qual surge o imprevisível contínuo, porque cada ritual ideológico continuamente se depara com rejeições e atos falhos de todos os tipos, que interrompem a perpetuação das reproduções (*Idem*, p. 115).

Essa noção de resistência colocada por Michel Pêcheux é fundamental para compreendermos o funcionamento dos processos de reprodução ideológicos nos movimentos sociais, pois seria inviável se pensar a fundação de uma militância se os sujeitos interpelados pela ideologia dominante fossem incapazes de “fazer história”. E a relação de força entre os sujeitos de classes acontecem de formas “confusas” e “instáveis”, provocando deslocamentos ideológicos não vislumbrados pelo marxismo ortodoxo.

Pêcheux exemplifica essa afirmativa ao questionar o “populismo”, situado num lugar entre os movimentos populares e de trabalhadores e o sistema capitalista ao promover um espectro de liberdade político-ideológica. “Se reproduzem as condições de um sistema de exploração original sem ‘capitalistas’, principalmente por meio da divisão técnico-social-política do trabalho, garantida por um populismo de Estado, com efeitos retroativos impensáveis” (*Ibidem*, p. 116).

Essa noção introduz a compreensão de um capitalismo “pós-moderno”, a que poderíamos chamar “neoliberal”, que se estabelece através de um jogo sobre o tema da liberdade:

As novas estratégias do FPC [forma de produção capitalista] “libertam” os indivíduos de suas necessidades de vida [...]. Isso ocorre na medida em que sua existência fica reduzida a suas bases bio-psicológicas momentâneas, sem uma memória histórica. Como resultado, cruzam-se de maneira contraditória, uma tendência neolibertária para o Não-Estado e uma tendência neoconservativa

para a “dominação das ilusões políticas” em direção a uma “verdade” biológica cínica da histórica. Nesse sentido, poderia ser dito que o complexo isolamento-fragilização-proteção-Estado da emergência-terror forma hoje o ponto nodal de sua unidade dividida. Esse ponto nodal é baseado nos novos populismos de nossa época, que balançam de um lado para o outro, formando um movimento pendular entre, por um lado, um amor interessado pelo Estado [...], e, por outro, o ódio fóbico pelo Estado (*Ibidem*, p. 117).

Pensamos aqui, então, que esse capitalismo libertário tem importante relação com o contexto das militâncias sociais, especialmente pelo fato de que não há assujeitamento ideológico sem *resistência múltipla* – em forma de litígios, negociações, movimentos, deslocamentos, rupturas –, pois, afinal, “não há homogeneidade na dominação”.

5 BEE COMENTA: A DISCURSIVIDADE NO CANAL DAS BEE

5.1 Descrição e interpretação das materialidades linguísticas em jogo

5.1.1 O Canal das Bee

O *Canal das Bee* é um vlog brasileiro conhecido por abordar temáticas relacionadas ao nicho LGBT (*lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros*). Ele está hospedado na plataforma *Youtube.com*, e pode ser acessado através do link www.youtube.com/canaldasbee. Criado em 20 de agosto de 2012, ele possui a seguinte descrição (que pode ser encontrada na aba intitulada “Sobre”):

*“Não só um canal contra a homofobia. Um canal contra o preconceito, contra a transfobia, a bifobia, a lesbofobia, o machismo. Um canal a favor da diversão, do riso e de viver a vida do jeito que você quiser. E principalmente, sendo quem você é!
Canal das Bee, porque uma abelha só não produz nenhum mel!”*

Figura 1 – Sobre o *Canal das Bee*.

The image shows the 'About' page of the YouTube channel 'Canal das Bee'. At the top, there is a banner with the channel's logo, which features the text 'canal das bee' in a stylized font with a rainbow-colored bee. To the right of the banner, there is a box indicating the upload schedule: 'TERÇAS/SEXTAS ÀS 9H DROPS | DOMINGOS'. Below the banner, there are social media icons for Facebook, Google+, YouTube, Instagram, and another Google+ icon. The channel name 'Canal das Bee' is displayed with a verified badge and 341,061 subscribers. Below this, there are navigation tabs for 'INÍCIO', 'VÍDEOS', 'PLAYLISTS', 'COMUNIDADE', 'CANAIS', and 'SOBRE', with 'SOBRE' being the active tab. The 'Descrição' section contains the channel's bio, and the 'Estatísticas' section shows the channel was created on August 20, 2012, and has 31,047,073 views. At the bottom, there is a small text box with the channel's slogan: 'Canal das Bee, porque uma abelha só não produz nenhum mel.'

Fonte: YOUTUBE, 2018.

Na minha interpretação, o campo discursivo do qual esse enunciado faz parte corresponde àquele que tratamos no segundo capítulo desta dissertação, estando inscrito, portanto, na formação discursiva daquela que já nomeamos anteriormente como “militância LGBT”. A descrição significa uma posição-sujeito numa “narração de si” com a exposição de uma espécie de agenda política constituída por já-ditos que correspondem uma dada FD: “*contra a homofobia*” e também “*contra o preconceito, contra a transfobia, a bifobia, a lesbofobia, o machismo*”. Essa narrativa trabalha simbolicamente um lugar desse militante-vlogueiro. Se perguntarmos “se o ‘quadro *Bee Comenta*’ é contra isto, então é a favor de quê?”, podemos tentar interpretar as possibilidades de sentido fazendo um jogo parafrástico com a formulação em questão: “a favor dos homossexuais, da aceitação, dos transgêneros, dos bissexuais, das lésbicas, do feminismo”.

Retomando a memória histórica da militância LGBT, lembramos que Gomes e Sorj afirmam que os militantes de gênero “reivindicam identidades não-hegemônicas” (2014, p. 438), e que Bastos define o período posterior à Revolta de Stonewall como marcado pela “exaltação da liberdade sexual, orgulho pela condição homossexual (*gay pride*) e engajamento político, através, principalmente, de movimentos sociais de base comunitária” (2006, p. 32). A formulação feita na descrição do *Canal das Bee*, em consideração ao “orgulho pela condição homossexual” dos primeiros movimentos “gays” do século XX, atualiza esse já-dito, trazendo outras “identidades não-hegemônicas” (transgêneros, bissexuais, lésbicas) e deslocando esse lugar de identificação para uma posição-sujeito em que a luta contra “fobias” relacionadas à sua identidade é uma das possíveis pautas dessa posição. Na assunção da existência de um opositor envolvido nessa interlocução, resta saber: como as formações imaginárias desse discurso do militante-vlogueiro posicionam esses “fóbicos” e suas práticas?

A segunda parte da descrição diz “*Um canal a favor da diversão, do riso e de viver a vida do jeito que você quiser. E principalmente, sendo quem você é! / Canal das Bee, porque uma abelha só não produz nenhum mel*”. Essa atualização enuncia outros lugares simbólicos desse militante-vlogueiro. Há embate (contra algo), mas também há um lugar de humor interpretado a partir das palavras “diversão” e “riso”. Essa interlocução também traz uma convocação de pares: “*Canal das Bee, porque uma abelha só não produz nenhum mel*”. São necessárias então “várias abelhas

para se produzir mel” – uma metáfora que podemos interpretar como, talvez, a assunção de uma possível coletividade. Uma posição-sujeito que se estabelece como parte de um grupo que se identifica, com as pautas narrativizadas.

A análise superficial deste enunciado nos permite confrontar certas formações imaginárias e posições-sujeito, além de uma relação de forças que assume um opositor fóbico. No entanto, não nos deteremos nesta descrição, e partiremos para uma análise mais trabalhada de enunciados específicos recortados do Quadro *Bee Comenta*, que descreveremos a seguir.

5.1.2 O quadro *Bee Comenta*

É interessante notar como a “descrição” (neste caso, a descrição que os criadores do canal elaboraram sobre o mesmo, ou os quadros, bem como sobre cada vídeo) constitui um determinado campo discursivo e aponta possíveis filiações a certas FDs. Eni Orlandi afirma que a descrição não é uma mera “enumeração arbitrária de coisas do mundo, mas da construção de uma relação de interlocução, regulada e objetivada pela situação discursiva na qual se produz” (1989, p.116). A descrição funciona, em sua relação com o objeto que descreve (neste caso, os títulos) para “direcionar sentidos”, reduzindo a polissemia das poucas palavras que esses títulos produzem e movimentando sentidos em determinada direção. Entendemos então que essa situação discursiva é determinada não apenas pela memória que embasa essas formulações, mas também o meio onde se estabelece essa interlocução – neste caso, a *internet*, e, mais especificamente, o Youtube. Portanto, é necessário considerar as condições de produção dessa posição-sujeito – tratando aqui de um autor que se inscreve num lugar de enunciação militante e de vlogueiro e endereça seu discurso para um internauta/espectador que se identifique como constituinte da comunidade LGBT.

Vamos então entender como funciona a divisão do *vlog* em Quadros. O canal possui diversos quadros temáticos, separados em forma de playlists (ferramenta do próprio site Youtube que permite ao usuário-autor organizar seus vídeos por conjuntos separados cujo critério é definido pelo próprio autor – e aqui a língua metálica funciona em seu papel de constituição de um espaço discursivo próprio dessa materialidade, organizando memórias em sistemas de indexação, agrupamento e hierarquização de arquivos, etc). Cada quadro possui um nome e

uma descrição. Alguns exemplos destes quadros são “Bee ajuda”, “Close das bee”, “Bee viaja”, “Bee cozinha”, “Bee fun” “Pergunte às bee” e “*Bee Comenta*”. Nós elegemos este último quadro, o *Bee Comenta*, porque sua descrição e os títulos de seus vídeos nos chamam atenção por demarcarem determinadas posições-sujeito numa interlocução com notícias externas (em geral da mídia dita tradicional, corporativa), bem como por um contexto histórico mais “imediato” do que em outros quadros. A presença de nomes de políticos de direita e de esquerda em alguns desses vídeos também nos chama atenção, nos levando a questionar como as formações imaginárias sobre sujeito funcionam no estabelecimento dessa interlocução. Dessa forma, elaboramos as seguintes questões: *De que maneira a memória histórica da militância LGBT se atualiza nas formulações do sujeito-militante-vlogueiro? Que posições-sujeito são suscitadas a partir das escolhas de palavras dessas formulações?*

Figura 2 – Descrição do quadro *Bee Comenta*.

MATARAM MAIS UMA DE NÓS - Bee Comenta

32.809 visualizações 5 MIL 96 COMPARTILHAR

Canal das Bee
Publicado em 3 de set de 2016 INSCRITO: 341 MIL

NOVIDADE DO CANAL DAS BEE: <http://goo.gl/NWbAHq>

INSCREVA-SE! <http://goo.gl/bMhK8L>
Curta nossa página para muito mais conteúdo! <http://goo.gl/VCdxwg>
Dê joinha no vídeo para ajudar o Canal!

—
Mais uma sapatão negra e periférica foi assassinada. Katiane Campos, presente.
—
Texto da dra. Marina Ganzarolli: <https://www.facebook.com/marina.ganza...>
—
Ato em SP <https://www.facebook.com/events/12825...>
Ato em Brasília <https://www.facebook.com/events/61176...>
—
Matéria do Correio Braziliense <http://www.correiobraziliense.com.br/...>
—
Textos de ativistas sobre o caso:
1) <https://www.facebook.com/baduval/post...>
2) <https://www.facebook.com/baduyam/post...>
3) <https://www.facebook.com/photo.php?fb...>
—
Vídeo do ato que já rolou em Brasília <https://www.facebook.com/874292129351...>
—
O Bee Comenta é um quadro do Canal das Bee onde são comentados temas atuais e notícias recentes que causaram comoção e revolta no meio LGBT*. Como nem tudo é possível falar brincando, aqui o papo é sério.
—
Curta, comente e compartilhe esse vídeo! Isso ajuda muito o Canal!!!

Fonte: YOUTUBE, 2018.

É interessante notar que o nome do quadro remete à feição de “comentários”. As “bee” comentam algo no processo discursivo dessa seção. Michel Foucault entende o comentário como algo que produz um desnível (de uma textualidade antes e depois de ser comentada), e que permite construir novos discursos:

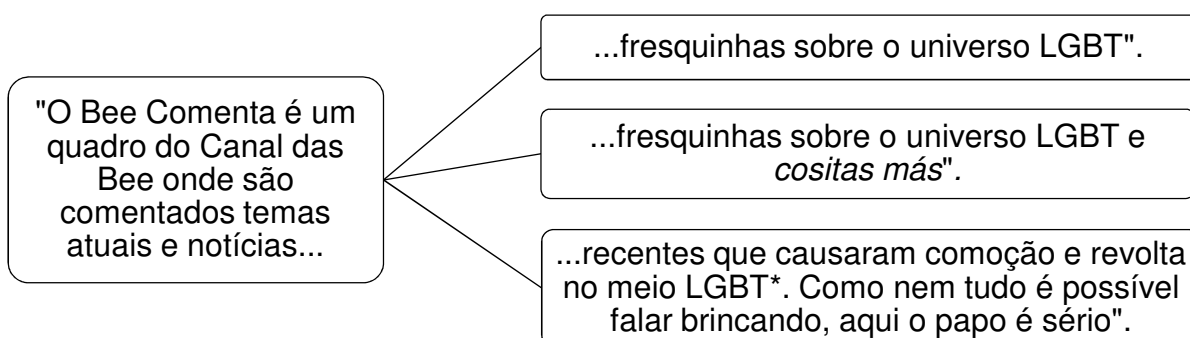
O fato do texto primeiro pairar acima, sua permanência, seu estatuto de discurso sempre reutilizável, o sentido múltiplo ou oculto de que passa por ser detentor, a reticência e a riqueza essenciais que lhe atribuímos, tudo isso funda uma possibilidade aberta de falar. Mas, por outro lado, o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*. Deve, conforme um paradoxo que se desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito. A repetição indefinida dos comentários é trabalhada no interior pelo sonho de uma repetição disfarçada: em seu horizonte não há talvez nada daquilo que já havia em seu ponto de partida, a simples recitação. O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permitir-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado. A multiplicidade aberta, o acaso, são transferidos pelo princípio do comentário, daquilo que arriscaria de ser dito, para o número, a forma, a máscara, a circunstância da repetição. O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta (2013, p. 24-25).

O que quer que se comente nos vídeos, então (que não se tratam do nosso recorte), comenta-se, pois, ou assim se espera, para um posicionamento, uma tomada de posição diante do que é interpretado como um fato significativo ou adverso, deslocando sentidos produzidos anteriormente.

O quadro *Bee Comenta* possui 19 vídeos postados entre 28 de maio de 2013 e 03 de setembro de 2016 – fato que nos deixa, no mínimo, curiosos: por que a postagem de vídeos neste quadro foi interrompida? Essa efemeridade ou interruptibilidade seria uma característica própria dos sites de relacionamento? Outra questão observada é que a descrição do quadro, que está presente em cada vídeo, e é modificada ao longo das postagens. Cada vídeo possui em sua descrição diversas informações, entre elas a descrição do tema abordado naquele vídeo, e também a descrição do quadro. Do 1º ao 7º vídeo (considerando a ordem cronológica de postagem), a descrição do quadro era “*O Bee Comenta é um quadro do Canal das Bee onde são comentados temas atuais e notícias fresquinhas sobre o universo LGBT*”. Do 8º ao 12º há uma pequena adição, e a descrição fica “*O Bee*

Comenta é um quadro do Canal das Bee onde são comentados temas atuais e notícias fresquinhas sobre o universo LGBT e cositas más". A partir do 13º vídeo até o 19º, a descrição passa a ser "O Bee Comenta é um quadro do Canal das Bee onde são comentados temas atuais e notícias recentes que causaram comoção e revolta no meio LGBT*. Como nem tudo é possível falar brincando, aqui o papo é sério".

A reformulação desse enunciado não apenas acessa novas memórias discursivas e históricas, mas também ressignifica o que vem a ser o "quadro *Bee Comenta*", produzindo deslocamentos de sentido no discurso já produzido sobre o quadro. A base desta descrição é a afirmativa de que no quadro em questão "são comentados temas atuais e notícias fresquinhas/recentes do universo/meio LGBT". Essa formulação enuncia as condições de produção de um provável contexto imediato (atuais/fresquinhas/recentes) na relação com a data da postagem e cujas temáticas estarão inscritas na(s) FD(s) da memória que envolve o universo/meio LGBT.



Nas duas primeiras formulações, considerando o funcionamento da língua de vento e suas possibilidades de sentido, a escolha da palavra "fresquinhas" para se referir a notícias cria-se um efeito de informatividade marcado por uma informalidade. Enquanto isso, a adição do termo em espanhol "*cositas más*" na segunda formulação anuncia que algo além do enunciado pode ser esperado – mas ainda com o efeito de informalidade marcado pela escolha de palavras.

A terceira formulação inaugura sentidos que produzem bruscos deslocamentos no significado do *Bee Comenta*. Começa na substituição da palavra "fresquinhas" por "recentes" no referente à notícia, marcando aqui um efeito de formalidade que não estava presente antes (e saliento que esses sentidos de

formalidade e informalidade foram possíveis exatamente no confronto das duas formulações). A mudança da palavra “universo” para “meio” também marca essa possível eminente formalidade a trazer o sujeito e seu “universo” para o “centro” (meio) de um posicionamento mais austero.

Um novo deslocamento é provocado na significação da palavra “notícias”, cujo sentido agora se conecta às palavras “comoção” e “revolta”. Não são quaisquer notícias, mas notícias que “comovem” e “revoltam”. O “universo” LGBT é reduzido ao nicho/meio que “sofre os efeitos da comoção e da revolta”. Nesse momento, a posição-sujeito se constitui na formação imaginária que antecipa quais tipos de notícias são revoltantes e comoventes para o enunciador e seus pares. Haveria aí uma possível relação de efeito da interlocução com os comentários? Assim, uma outra questão pode ser levantada no confronto dessa nova formulação: seria essa *reformulação* o indício de uma mudança nas relações de força e condições de produção desse discurso?

O deslocamento de sentidos que descrevem essas notícias e do conteúdo do quadro se agrava na afirmativa final da descrição: “*Como nem tudo é possível falar brincando, aqui o papo é sério*”. Endossando nossa suposição de que o quadro não se inscreve num lugar de humor e ludicidade, a formulação “como nem tudo é possível falar brincando” silencia um outro sentido possível: “há algo de que se é possível falar brincando”; ou ainda: “em outro lugar que não este o papo não é sério”. Essa formulação atualiza o já-dito que descreve o *Canal das Bee* como “um canal a favor da diversão, do riso”, e estabelece uma exceção na constituição dessa narratividade. Trazendo os conceitos de Orlandi sobre os discursos lúdico, polêmico e autoritário, interpretamos que a reformulação desloca o “tipo” desse discurso do primeiro para o segundo, produzindo novos sentidos.

O discurso lúdico é aquele em que seu objeto se mantém presente enquanto tal (enquanto objeto, enquanto coisa) e os interlocutores se expõem a essa presença, resultando disso o que chamaríamos de polissemia aberta (o exagero é o non sense). O discurso polêmico mantém a presença do seu objeto, sendo que os participantes não se expõem, mas ao contrário procuram dominar seu referente, dando-lhe uma direção, indicando perspectivas particularizantes pelas quais se o olha e se o diz, o que resulta na polissemia controlada (o exagero é a injúria). O discurso autoritário o referente está ausente, oculta pelo dizer, não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na polissemia contida (o exagero é a ordem

no sentido em que se diz “isso é uma ordem”, em que o sujeito passa a instrumento de comando) (1996, p.15).

Mas que tipos de notícias, ora “fresquinhas”, ora “recentes, comoventes e revoltantes” são essas a quem o sujeito-militante-vlogueiro em questão faz referência? Para tentar melhor entender da constituição desse sujeito e de sua posição (imaginada/enunciada), analisaremos a seguir o conjunto os títulos e descrições dos vídeos que compõem o quadro *Bee Comenta* na tentativa de responder às questões de análise propostas nesta dissertação.

5.1.3 Os títulos e descrições dos vídeos do quadro *Bee Comenta*

No confronto dessa materialidade que se constitui, dentre outros elementos, composta por títulos e descrições que mobilizam formações imaginárias para a assunção de um conteúdo linguístico e imagético que está por vir, dos deparamos com determinadas regularidades que “posicionam” esse sujeito na relação de forças e filiam-no em dadas formações discursivas. Aqui, percebemos a relação com memórias históricas e discursivas tanto de um contexto imediato quanto de um longo processo histórico que não estão evidentes em sua inscrição na memória metálica que constitui o aparato do Youtube.

Lembrando que a “descrição”, segundo Orlandi, funciona na construção de uma “relação de interlocução, regulada e objetivada pela situação discursiva na qual se produz”, tomamos os pares “título-descrição” na produção de sentidos que essa relação estabelece. Na polissemia que as poucas palavras dos títulos possibilitariam, as descrições funcionam amarrando interdiscurso e intradiscursos, deslocando e fechando sentidos possíveis – ao relacioná-los, neste caso, com a memória da história presente.

Tabela 1 – Títulos e descrições dos vídeos do quadro *Bee Comenta*

| Nº | TÍTULO | DESCRIÇÃO |
|-----------|------------------------------|---|
| 1 | PROFESSOR HOMOFÓBICO DA UFMS | [Sem descrição]. |
| 2 | CURA GAY | Nesse vídeo, José Basttos nos apresenta notícias sobre a "cura gay", que são comentadas por Vinícius Costa e recebem pitacos de Jessica Tauane. |
| 3 | LEI ANTI-GAY NA RÚSSIA | Nesse vídeo, Jessica e Victor falam sobre a situação dos homossexuais na Rússia. |

| | | |
|----|---|--|
| 4 | DOMINGO LEGAL E TRANSFOBIA | Nesse vídeo, Debora e Victor falam sobre o quadro absurdo e transfóbico do programa Domingo Legal, apresentado por Celso Portioli e tendo como participante o cantor Agnaldo Timóteo. |
| 5 | O "SUICÍDIO" DE KAIQUE | Nesse vídeo, Debora e Jessica falam sobre o "suicídio" de Kaique Augusto, jovem de 16 anos que morreu em janeiro de 2014 na cidade de São Paulo. |
| 6 | PARADA LGBT OU PARADA LGB? | Nesse vídeo, Debora e Victor falam sobre a petição criada pela ativista trans* Daniela Andrade que requer que a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo de 2014 tome como tema a PL 5002/2013 (Lei João W. Nery ou Lei de Identidade de Gênero). Tema esse que o <i>Canal das Bee</i> apóia e entra na luta para que seja cada vez mais visibilizado. |
| 7 | UGANDA, BOLSONARO E ASSASSINATO | Nesse vídeo, Bia e Debora falam sobre a lei que entrou em vigor na Uganda onde a homossexualidade é penalizada com prisão perpétua. Além disso, falam sobre o assassinato de uma criança de oito anos por um pai homofóbico, e baseiam o homicídio com o discurso inflamado do deputado federal Jair Bolsonaro. |
| 8 | EU NÃO MEREÇO SER ESTUPRADA | Nesse vídeo, Debora e Mola falam sobre a divulgação de uma pesquisa feita pelo IPEA e a campanha #eunãomereçosestuprada / #vaiterquespeitar, pensada pela jornalista Nana Queiroz. |
| 9 | JOÃO ATÔNIO DONATI #EUSOUOPRÓXIMO | Nesse vídeo, Victor e Mola falam sobre o assassinato do jovem João Antônio Donati, discutem se foi homofobia mesmo e mostram o que podemos fazer para mudar essa situação. |
| 10 | LEVY FIDELIX E O APARELHO EXCRETOR | Nesse vídeo, Jessica e Victor falam sobre o discurso homofóbico e criminoso do candidato à presidência, sr. Levy Fidelix, desferido durante o debate eleitoral da TV Record no dia 28/09/2014 e como podemos denunciar este tipo de ação. -- DENUNCIE O DISCURSO HOMOFÓBICO E CRIMINOSO DE LEVY FIDELIX! Disque 100 - Direitos Humanos ou Denuncie pela <i>internet</i> (no site do Ministério Público) |
| 11 | MÃE ASSISTE AO DISCURSO DE LEVY FIDELIX | Tia Lucia (mãe da Jessica) assiste pela primeira vez o discurso homofóbico e criminoso do candidato à presidência, sr. Levy Fidelix, desferido durante o debate eleitoral da TV Record no dia 28/09/2014. Qual será a reação dela?. -- DENUNCIE O DISCURSO HOMOFÓBICO E CRIMINOSO DE LEVY FIDELIX! Disque 100 - Direitos Humanos |

| | | |
|----|--------------------------|---|
| | | ou Denuncie pela <i>internet</i> (no site do Ministério Público) |
| 12 | FORA BOLSONARO!!! | Nesse vídeo, Jessica e Debora falam sobre a fala misógina e criminosa do deputado federal Jair Bolsonaro, desferida à deputada Maria do Rosário no dia 09/12/2014 e o que podemos fazer sobre essa questão. |
| 13 | CRUZ DA TRAVESTI | Jessica comenta dessa vez não enquanto lésbica, mas enquanto cristã, a polêmica que se deu pela manifestação da travesti Viviany na Parada LGBT de São Paulo de 2015. Será que os cristãos têm razão em crucificá-la tanto por essa manifestação? Será que houve transfobia no assunto? Será que foi intolerância religiosa? Dá o play. |
| 14 | DÁ ZERO PRA ELES!!! | Jessica e Catia conversam sobre o Plano Municipal de Educação e te convidam para uma campanha que pode mudar o Brasil! Tá na hora de se unir para fazer a diferença! Dá o play! |
| 15 | O CUSPE DE JEAN WYLLYS | Precisamos falar sobre o cuspe de Jean Wyllys e, principalmente, não confundir a reação do oprimido com a violência do opressor. Afinal, LGBT tem que aguentar bullying na escola. Preconceito no trabalho. Descaso na política. Violência em casa. Negação de direitos. Etc. E tudo isso, enquanto nos xingam. Mas xingam muito. Xingamentos para tentar abalar nossa vida mesmo. Xingam, xingam, xingam. Aí quando decidimos reagir é a gente que não se dá o respeito. |
| 16 | LUANA PRESENTE! | Jessica comenta sobre o assassinato de Luana Barbosa dos Reis, lésbica, negra, periférica e mãe solteira, pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. |
| 17 | MASSACRE LGBT EM ORLANDO | Mais um ataque à comunidade LGBT. |
| 18 | É PRA TER MEDO? | Recentes ataques e mortes LGBTfóbicas nos deixam a questão: chegou a hora de ter medo? Diego presente! |
| 19 | MATARAM MAIS UMA DE NÓS | Mais uma sapatão negra e periférica foi assassinada. Katiane Campos, presente. |

No confronto dessas formulações, elaboramos a seguinte questão: De que maneira a memória histórica da militância LGBT se atualiza nas formulações do sujeito-militante-vlogueiro? As literaturas que visitamos na construção do nosso capítulo sobre os movimentos feminista e LGBT assumem que os movimentos por direitos civis a pessoas homossexuais se iniciaram no final da década de 1960, tendo a Revolta de Stonewall como o primeiro acontecimento histórico onde se formula o termo “gay pride” (orgulho gay). Nesse trajeto de militância, o sujeito em

evidência é o *homossexual*, cujas práticas passaram por um processo de “despatologização” e “politização”, se deslocando para o lugar de “identidades sexuais”. A atualização de sentidos no reconhecimento dessas identidades vem no rastro das “novas práticas de subjetivação” que se manifestam para além da sexualidade, mas também da identidade de gênero. Assim, conhecidos termos (já-ditos) como “Parada Gay” ou “Parada GLS” se atualizam na nomeação “Parada LGBT” – sigla que tenta abarcar essas novas formas de identificação.

No vídeo nº 6, intitulado “PARADA LGBT OU PARADA LGB?”, a questão anuncia um conflito da significação do termo. A descrição pode ser pensada como uma “sinopse” – ela narrativiza o conflito: “falam sobre a petição criada pela ativista trans* Daniela Andrade que requer que a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo de 2014 tome como tema a PL 5002/2013 (Lei João W. Nery ou Lei de Identidade de Gênero). Tema esse que o *Canal das Bee* apóia e entra na luta para que seja cada vez mais visibilizado”. Levando-se em conta que a Parada LGBT de São Paulo é a maior do mundo, é possível imaginar a importância histórica que possui um acontecimento discursivo como a mudança do nome que a define. Assim, a proposição da ativista Daniela Andrade visibiliza a temática “trans”, buscando atualizar a memória discursiva que narrativiza o evento da Parada LGBT, e reivindica um “lugar” na narrativa que se produz desse acontecimento. Além disso, o posicionamento do *Canal das Bee* em “apoiar e entrar na luta para que o tema seja cada vez mais visibilizado” assume que “o tema não é visível o bastante”. O efeito de coletividade marcado pelos sentidos já-ditos da sigla “LGBT” desliza, e o autor-militante, admite uma falha na consistência dessa coletividade, uma vez que “o tema [da transgeneridade] não é visível o bastante”.

Na trilha dessa atualização de sentidos, o título do vídeo nº 2, “CURA GAY”, nos leva de volta à narrativa da despatologização da homossexualidade brevemente descrita no nosso segundo capítulo. Tendo as militâncias feminista e LGBT conquistado determinados direitos (no contexto ocidental), que sentidos são interpretados na abordagem do tema “Cura gay” cerca de meio século depois da despatologização da homossexualidade pela Organização Mundial de Saúde? Na descrição do vídeo, “José Bastos nos apresenta notícias sobre a ‘cura gay’”. Os sentidos possíveis dessa formulação têm sua inscrição não somente na memória histórica, mas na memória recente. Na data da postagem, em 2016, o então deputado federal Jair Bolsonaro pleiteava junto à Câmara um projeto de lei que

visava derrubar a resolução do Conselho Federal de Psicologia sobre a proibição da realização de procedimentos de “reversão sexual” em homossexuais no Brasil. O caso teve grande repercussão na *internet* (mas não tanto na televisão). Mas essa narrativa não se apresenta na descrição do vídeo em questão, podendo produzir, então, novas possíveis interpretações, especialmente se o leitor não as considerar em seu contexto – ou seja, em suas condições de produção.

O vídeo nº 18, “É PRA TER MEDO?”, a descrição “Recentes ataques e mortes LGBTfóbicas nos deixam a questão: chegou a hora de ter medo?” faz menção à violência sofrida pela comunidade LGBT. No entanto, a questão “chegou a hora de ter medo?” nos leva a perguntar “antes não havia medo?”. A afirmativa de que as violências LGBTfóbicas se intensificaram recentemente constitui uma formação imaginária que assume o conflito entre LGBTs e conservadores se intensificaram. Poderíamos suscitar um “real do antagonismo” a partir de um real do sexo que é “impossível” para este sujeito conservador. O que pode estar “acontecendo” (material e discursivamente) que tenha provocado esse suposto “regresso” à violência? Não seria, afinal, esse medo uma constante, vez que a violência nunca cessou, apesar de ter se amenizado ou se reconfigurado? Outra pergunta suscitada nessa interpretação seria acerca do sujeito que deve ter medo: quem é que deve ter medo? Ainda assim, os sentidos produzidos na questão “é pra ter medo?” atualiza a memória sobre a violência de gênero ao narrativizar “recentes ataques e mortes LGBTfóbicas”.

Que posições-sujeito são suscitadas a partir das escolhas de palavras dessas formulações? Vejamos as regularidades e repetições desses enunciados. A última descrição formulada sobre o quadro anuncia que há de se comentar sobre “notícias recentes de comovem e revoltam o meio LGBT”. Nas formulações dos títulos e descrições dos vídeos, os termos com sufixos derivados de “fobia” (homobófico, transfóbico, LGBTfóbico) aparece em oito dos dezenove excertos. Termos relacionados à “morte” (suicídio, assassinato) aparecem sete vezes. A violência contra mulher também surge em termos como “misoginia”, “estupro”, e as intersecções de classe e raça também surgem relacionados à violência sofrida.

Assim, as notícias comoventes e revoltantes referidas na descrição do quadro se significam ao longo dos vídeos pela repetição de temáticas relacionadas à morte e ataques violentos. Em todos eles, a formação imaginária do autor-militante estabelece relações entre a violência e a sexualidade e generidade das vítimas.

Nesse espaço discursivo, esse sujeito vlogueiro realiza um trabalho simbólico que relaciona o ódio e a fobia às identidades “não-normativas” dos indivíduos que sofrem tais violências, e se posiciona numa relação especular – ou, ainda, de coletividade – com essas vítimas: “**EU** SOU O PRÓXIMO”; “**EU** NÃO MEREÇO SER ESTUPRADA”; “MATARAM MAIS UMA DE **NÓS**”. Primeiro, pensamos se essa possível relação de coletividade inclui determinados sujeitos e exclui outros; uma coletividade que seria então marcada pela “identificação” entre sujeitos que se consideram pares uns dos outros. Ainda na constituição dessa relação de identificação, nomes de vítimas são citados, sempre na relação com a morte (suicídio ou assassinato): Kaique, João Antônio Donati, Luana Barbosa, Katiane Campos.

Os nomes de políticos brasileiros que aparece nos enunciados também chama atenção. São citados Jair Bolsonaro (o nome aparece duas vezes, mas ele é tema de quatro vídeos), Levy Fidélix (dois vídeos), Jean Wyllys (um vídeo). Os primeiros são conservadores e predicados como “fóbicos” na leitura da militância LGBT; e Jean Wyllys é de esquerda e é gay, e aparece num confronto com Bolsonaro. No campo discursivo sobre questões de gênero e sexualidade, os políticos conservadores supracitados se inscrevem, supostamente, numa formação ideológica que corresponde à direita política e ao discurso religioso cristão.

Sobre este último, o embate no espaço discursivo da religiosidade em sua relação com as identidades modernas é estabelecido também na assunção de uma autora, Jéssica Tauane, à sua religiosidade, no vídeo nº 13, cuja descrição diz que “Jessica comenta dessa vez não enquantolésbica, mas enquanto cristã”. Assim, interpretando que é possível ser homossexual e religioso ao mesmo tempo, a formulação dá indícios de um conflito por sentidos no campo da fé, costurando FDs heterogêneas nos conflitos discursivos estabelecidos nessas interlocuções.

Assim, as formações imaginárias dos enunciadores vlogueiros em questão produzem posições-sujeito em uma determinada relação de forças que opõem posições conservadoras e libertárias, assumindo a posição de vítima aos sujeitos identificados como LGBTs, bem como a posição de opressor/agressor aos sujeitos conservadores e religiosos. Essas posições são formuladas no acesso à memória da história imediata, na interlocução com notícias recentes dentro de um “contexto imediato” no tempo discursivo das formulações em questão.

No confronto dessas posições discursivizada pelos sujeitos-militantes-vlogueiros que realizam o trabalho simbólico de autores do *Canal das Bee*, memórias são atualizadas e sentidos são deslocados na relação com o a história recente. A narrativa sobre si nesse lugar-sujeito, amplificada pelas condições de produção que a *internet* oferece, tece as demandas da militância LGBT que, historicizadas através do aparato tecnológico, são colocadas em “evidência”, considerando o efeito de representatividade estabelecido pelo lugar de autoria do *vlog*.

6 A MILITÂNCIA NA TRILHA DE UMA REPRESENTAÇÃO IMAGINÁRIA

Guilherme Adorno (2015) descreve o “vlog” como “uma pessoa que fala para a câmera sobre a vida particular” (p. 31). E sem dúvida os autores do *Canal das Bee* falam de si quando produzem seu conteúdo e publicam no Youtube. No entanto, percebemos que esse discurso sobre si, na eleição de um espaço discursivo específico que é este da militância LGBT, o sujeito-militante-vlogueiro, para além de falar de si, fala para uma coletividade, e se coloca na posição de representante desse grupo e de suas demandas.

O efeito de “autoria-fetichismo” descrito por Mônica Zoppi Fontana (2017) é produzido na potencialização das práticas de autoria, que por sua vez é condicionada e potencializada pela estrutura das mídias digitais. O militante LGBT que se coloca na função de *youtuber* goza desse fetichismo tanto quanto qualquer outro produtor de conteúdo da rede em questão. Mas existe uma diferença que singulariza o discurso desse autor que também é militante, a qual chamaremos de “efeito de representatividade”.

No processo de análise que realizamos no quadro *Bee Comenta*, nos chamou atenção a relação especular estabelecida entre os locutores e os indivíduos sobre os quais falavam. Na narratividade sobre vítimas de violência LGBTfóbica, o “EU” aparece na formulação de uma identidade que se vê representante e representada, mas também um “NÓS” que afirma uma “coletividade” – que inclui determinados sujeitos e exclui outros; uma coletividade marcada pela “identificação” entre sujeitos que se consideram pares uns dos outros. No fetichismo da autoria, a representatividade aparece como a marca de um autor que assume uma posição política numa dada relação de força, se inscrevendo em dadas formações discursiva e puxando o fio da memória discursiva e histórica do grupo que ali representa.

Entretanto, Adorno ainda descreve o *vlog* como um “ritual de linguagem ainda em processos tensos de cristalização da sua textualidade e autoridade em um lugar histórico do poder-dizer do eu” (ADORNO, 2015, p. 17), não havendo, inclusive, um “efeito de referência” no discurso desse sujeito. Dessa forma, ainda que a análise nos permita investigar a relação da memória histórica das FDs da militância LGBT, as referências que constituem a superfície dessas formulações dizem respeito à história recente: notícias recentes que causam comoção e revolta no meio LGBT.

Nessa relação de memórias, os sentidos se atualizam, produzem contradições e estabelecem posições-sujeito.

Adorno ainda afirma que o vlogueiro ocupa um lugar enunciativo que não se fecha no “efeito de unidade” do seu próprio *vlog*. E completa: “O sujeito, no enunciado do *vlog*, é a representação simbólica e imaginariamente suportada do sujeito do discurso historicamente constituído, atravessado pelo significante em subversões invisíveis ao ‘eu’ centrado, ‘incorrutível’ pelo ‘tu’” (2015, p. 50). Se pensarmos esse sujeito em sua constituição histórica enquanto enunciador de uma coletividade militante, uma coletividade que se identifica na diferença com o hegemônico, esse efeito de representação (imaginariamente suportada) passa a carregar o peso de uma memória histórica que não corresponde à ideologia dominante, mas à dominada, à resistência. Sobre isso, Pêcheux elabora que não há assujeitamento ideológico sem resistência múltipla, pois “não há homogeneidade na dominação”. A história material é necessariamente constituída por resistências múltiplas – e a militância LGBT se encontra da senda dessa constituição.

Além disso, ainda que não seja evidente, existe relação entre a discursividade da militância LGBT e as lutas de classe. Simone de Beauvoir afirmou que “é impossível deduzir a opressão da mulher da propriedade privada” (2009, p. 91). Considerando que hoje entendemos que as questões de gênero ultrapassam o âmbito da dicotomia homem/mulher e sua conformidade heteronormativa, as novas formas de subjetivação que a militância LGBT abraça também participam dessa relação indissociável entre opressão de gênero e luta de classes. Nesse sentido, as militâncias feminista e LGBT atendem como fundamental a consideração das diversas intersecções que constituem o jogo de opressões da sociedade de classes. O patriarcado que conformou a mulher como propriedade privada também é uma estrutura LGBTfóbica, racista e, obviamente, classista. Por isso, quando a descrição de alguns vídeos do *Bee Comenta* salienta o assassinato de uma mulher “lésbica, negra e pobre”, essa formulação carrega a FD de uma militância atualizada em suas demandas, que leva em consideração que a história material não se constitui por memórias distintas, mas por uma memória múltipla, que é focalizada pela narrativa, mas que é inseparável da estrutura que a fundamenta.

As formações imaginárias que colocam o militante-vlogueiro no lugar de representação de uma coletividade não funcionam aleatoriamente. Quando falamos de autoria-fetice, tampouco descreditamos a consistência desse sujeito em sua

amarração interdiscursiva, pois Orlandi nos lembra de que os sentidos podem ser outros, mas não quaisquer uns. A autoria-fetice é potencializada pelo aparato tecnológico, mas faz parte da relação especular que o sujeito tem para com seus pares. Quando focalizada em um lugar que enuncia uma coletividade, e ainda mais potencializada tal qual descrevemos, essa autoria produz acontecimentos discursivos que movimentam a história. No momento em que o autor enuncia o “nós”, aquele que se identifica como parte dessa coletividade se vê representado, se inscreve nesse espaço discursivo e contribui na atualização discursiva desse espaço.

A representatividade dessa posição-sujeito tampouco é transparente – pois os sentidos nunca o são. Primeiro porque a subjetivação não é transparente nem para o próprio sujeito, ainda que ele acredite que seja. Mas principalmente porque a relação entre identidades não-hegemônicas e militância LGBT não é inteira ou direta, pois “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja” (PÊCHEUX, 2016, p. 281). É possível encontrar indivíduos que têm práticas não-normativas inscritos em FDs da direita política, por exemplo, bem como pessoas que podem ser consideradas como normativas e que se inscrevem em FDs da militância LGBT. Assim, o efeito de representatividade é constitutivamente opaco, atravessado por formações imaginárias múltiplas e contraditórias, e sempre produzirá ruído. Mas o importante dessa posição-sujeito é que, no exercício do seu fetiche-autor, ele dá maior circulação às ideologias dominadas, interpela novos sujeitos e produz deslocamentos que movimentam a história material na direção da resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as formulações que narrativizam o quadro *Bee Comenta*, dos deparamos e tentamos responder a seguinte questão: de que forma o sujeito-militante-vlogueiro e autor do *Canal das Bee*, em sua relação imaginária de representação de coletividade com o meio LGBT, contribui na atualização e na circulação dos sentidos a guisa da produção de um discurso de resistência? A representação é uma posição imaginária, mas nestas condições de produção ela produz outros efeitos.

Vimos como a *internet* e as redes sociais / sites de relacionamento modificaram as maneiras de se relacionar, “interfaceando” sujeitos que, ao entrarem em interlocução nesse tempo e espaço que *não são* constitutivos de sua realidade, segundo Machado, “resvalam para fora do tempo da comunicação” (2007, p. 31). Mas não é só o tempo que se deforma nessa relação. Recentemente, Cristian Dunker concedeu uma entrevista ao Estadão, na qual ele comenta sobre como o “eu” é afetado pela interação nas redes sociais:

As redes nos impactam de duas maneiras. A primeira é afetar nosso sistema de identificação: imagens, linguagem escrita, velocidade da relação. Gira em torno de quem sou eu, quem é você, quem somos nós. Segundo: nosso sistema de demanda. Aí uma novidade: tem sempre alguém nos esperando, nos oferecendo algo. Entramos numa espécie de deriva: “Cause o meu desejo, ofereça um objeto, um serviço, uma facilidade”, como se a gente fetichizasse nossa atenção. As redes criam a experiência de supor que nosso clique é importante. Isso causa uma deformação no tamanho do eu (DUNLER *apud* BRESSANE, 2016, n.p).

Se esse interfaceamento tecnológico afeta nosso sistema de identificação, e especialmente, a que nos interessa, o do eu-autor, as formações imaginárias desse lugar de enunciação provavelmente acompanham a deformação nesse “eu”, que em sua autoria-fetice se localiza em uma posição de autoridade na produção da verdade. Para além dos esquecimentos nº 1 e nº 2, ou seja, o sujeito não tem controle sobre os sentidos e tampouco é a origem do dizer, o militante-vlogueiro se posiciona como porta-voz de um nicho, deslocando sentidos e atualizando memórias – sem sequer percebê-lo. Dessa forma, a militância LGBT em sua função-youtuber produz condições para a resistência à ideologia dominante em tal grau nunca antes

possível. Na suposição de uma quarta onda do feminismo que estejamos vivenciando, e, indissociável a ela, a militância LGBT, é irrefutável a tributação do alcance desses movimentos à *internet*. A velocidade como os movimentos sociais – não só de gênero, mas também de raça e de classe – se articularam nos últimos anos é algo inédito, e não teria sido possível sem as redes sociais.

A afirmativa de Dunker sobre como as redes afetam nosso sistema de identificação também servem para ilustrar o processo de representação que essa militância realiza. Sem essa relação-fetice que temos com nossas máquinas – e aqui o ciborgue de Haraway ilustra perfeitamente a relação libidinal que temos com a tecnologia – não teria sido possível que a articulação dos movimentos sociais de base chegasse ao nível em que se encontra hoje. As redes sociais e as próteses que usamos para acessá-las se tornaram terreno de conflito, deslizos, deslocamentos e ressignificações em todos os campos do conhecimento, e ao colocar uma quantidade imensa de sujeitos em interlocução devido às condições de circulação, possibilitou a articulação das práticas de resistência em escala inédita – mas também da organização de uma “contraofensiva” conservadora.

Para o bem ou para o mau, esse novo nível de interlocução e práticas de resistência tem levado as mídias tradicionais a modificarem algumas abordagens. Por um lado, o jornalismo tradicional parece insistir na filiação à direita, ainda que disfarçado pelas possibilidades da língua de vento. Já as produções ficcionais, programas de entretenimento e outras áreas midiáticas fora do jornalismo se mostram cada vez mais flexíveis a reproduzir discursos das ideologias dominadas. Mas lembremos do alerta de Pêcheux sobre como as novas estratégias da FPC [forma de produção capitalista] “libertam” os indivíduos de suas necessidades de vida, mas em contrapartida, nesse processo “cruzam-se uma tendência neoliberal para o Não-Estado e uma tendência neoconservativa para a ‘dominação das ilusões políticas’ em direção a uma ‘verdade’ biológica cínica da história” (2016, p. 117).

Neste raciocínio, fica mais fácil entender a onda neoconservadora que rege o país neste momento. Por um lado vemos a “representatividade” (os sentidos dessa representatividade aqui são outros) ocupar espaço nas mídias tradicionais e promover a visibilidade das novas formas de identificação. Por outro, esse neoliberalismo desperta um neoconservadorismo histórico, fundamentalista, fóbico e apavorado pelos fantasmas das novas identidades, modificando o campo discursivo onde essa interlocução se estabelece.

As redes sociais possibilitaram novas interlocuções, novas conformações libidinais entre os ciborgues pós-modernos e novas práticas de resistência, mas também despertaram o Godzilla conservador que agora se conecta à *internet* para assombrá-la. Nessa relação de forças constitutiva dos conflitos ideológicos que a condição humana-linguística produz, nos perguntamos até que ponto a língua metálica favorece essas práticas das ideologias dominadas sem que esteja favorecendo também a ideologia dominante.

O território da *internet* – extensão do nosso corpo ciborgue – parece infinito, sendo um terreno profícuo para a continuidade desses litígios. Haraway é apocalíptica nesse aspecto: se esse corpo ciborgue – que é ainda um “filho ilegítimo do capitalismo” – é protagonista de guerra sem fronteiras no qual estão em jogo os territórios da produção, da reprodução e da imaginação, talvez um dia se concretize teoria utópica socialista-feminista de um mundo sem gênero – e talvez sem gênese e sem fim.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Míriam. Paradoxos da identidade: a política de orientação sexual no século XX. **Revista de Sociologia e Política**. vol, 14: p. 163-171, jun. 2000. Curitiba, Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3564/2821>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

ADORNO, Guilherme. **Discursos sobre o eu na composição autoral dos vlogs**. Tese (doutorado em linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2015.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

AMBRA, Pedro. A psicanálise é cisnormativa? Palavra política, ética da fala e a questão do patológico. **Periódicus: Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades**. Vol. 1, nº 5, mai./out. 2016. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2016, p. 101-120. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17179>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Máquinas discursivas, ciborgues e transfeminismo. In: **Revista Gênero**. Vol. 14, nº 1, 2º sem. 2013. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2013, p. 11-27.

_____. Movimentos de sentidos e constituição de subjetividade em discursos transfeministas. In: ZOPPI FONTANA, Mônica G.; FERRARI, Ana Josefina (orgs.). **Mulheres em discurso: gênero, linguagem e ideologia**. Vol. 1. Campinas, SP: Pontes, 2017, p. 149-169.

BARONAS, Roberto; GREGOLIN, Maria do Rosário (orgs). **Análise de discurso: as materialidades do sentido**. 3ª Ed. São Carlos, SP: Claraluz Editora, 2007.

BASTOS, Francisco Inácio. **Aids na terceira década**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, 104 p. [E-book]. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/ck2pg/pdf/bastos-9788575413012.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução: Sérgio Milliet. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1949] 2009.

BRESSANE, Ronaldo. Christian Dunker analisa efeitos das redes sociais no comportamento contemporâneo. **Estadão**. Coluna “Aliás”. 02 dez. 2017. Disponível em: <<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,christian-dunker-analisa-efeitos-das-redes-sociais-no-comportamento-contemporaneo,70002104500>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

BRUST, Viviane Teresinha Biacchi. Que língua é essa, a do sujeito imigrante italiano? **Revista Estudos Linguísticos**, São Paulo, 44 (3): set.-dez. 2015, p. 1227-1236.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 10^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CARAM, Bernardo; SOUZA, Nivaldo. Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap. In: **Estado**. 06 out. 2014. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

CHAVES, Wilson Camilo. O estatuto do real em Lacan: dos primeiros escritos ao seminário vii, a ética da psicanálise. **Paidéia**, 2006, vol. 16, nº 34. Ribeirão Preto, SP: 2006, p. 161-168. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v16n34/v16n34a04.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

CREWNSHAW, Kimberle. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In: **Stanford Law Review**, vol. 43, julho 1991, p. 1241-1299. Stanford University: Stanford (CA), 1991. Disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mapping-the-margins-intersectionality-identity-politics-and-violence-against-women-of-color-kimberle-crenshaw1.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candini. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Cristiane. **Sujeito, sociedade e tecnologia**: a discursividade na rede (de sentidos). São Paulo: Hucitec, 2012.

_____. Memória Metálica. **ENDICI - ENCICLOPÉDIA DISCURSIVA DA CIDADE**. s.a., n.p. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete/view&id=119>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

DIAS, Juciele P. Um espaço polêmico de leituras pelo youtube na contemporaneidade. **VI Seminário de Estudos em Análise do Discurso**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013, n.p. Disponível em: <<http://analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/6SEAD/SIMPOSIOS/UmEspacoPolemicoDeLeituras.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

D'ÂNGELO, Helô. Quem foi Maria Lacerda de Moura, feminista crítica dos movimentos em que militou. **Revista Cult**, nº 223, junho 2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/maria-lacerda-de-moura-feminista-e-anarquista-critica-dos-movimentos-em-que-militou/>> Acesso em: 16 jun. 2017

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13^o ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**: o discurso na história da lingüística. Tradução de Bethania Mariani e Maria E. C. de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004 [1981].

GUIMARÃES, Frederico Sidney. A tensão entre o ser e a suposição do ser: a contradição dos dizeres no debate por direitos dos homossexuais. **Anais do III Seminário Interno de Pesquisas do Laboratório Arquivos do Sujeito**, UFF. Programa de Pós Graduação em Linguagem. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2015 (p. 110-117).

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**. Vol. 29, nº 2, mai./ago. 2014, p. 433-447. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v29n2/07.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2017.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. In: GRAMSCI, A. **Introdução ao estudo da filosofia**: a filosofia de Benedetto Croce. Vol. 1. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Análise de discurso e mídias**: a (re)produção de identidades. In: Revista Comunicação, mídia e consumo. Vol. 4, nº 11. São Paulo: ESPM, 2007, p. 11-25. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comunicacaomidiaeconsumo/article/viewFile/6865/6201>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

_____. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos e duelos. São Carlos, SP: ClaraLuz Editora, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 23ª ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2013.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 13ª ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 4 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. p.103-133.

HARARI, Yuval Noah. **Sapeins**: uma breve história da humanidade. Tradução de Janaína Marcoantonio. Porto Alegre, RS: L&PM, 2015.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (org.) **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 34-118.

INDURSKY, Freda. O movimento político brasileiro e sua discursivização em diferentes espaços midiáticos. In: FLORES, G.; GALLO, S.; LAGAZZI, S.; NECKEL, N.; PFEIFFER, C.; ZOPPI FONTANA, M. (orgs.). **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia. Vol. 3. Campinas, SP: Pontes, 2017, p. 73-87.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. **A discussão do sujeito no movimento do discurso**. 1998. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy; ORLANDI, Eni. (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2010.

LE MOS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 4ª ed. Porto Alegre, RS: Sulina, 2008.

MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa (Orgs.). **Dicionário da Crítica Feminista**. Porto, Portugal: Afrontamento, 2005.

MACHADO, Arlindo. **O sujeito na tela: modos de enunciação no cinema e no ciberespaço**. São Paulo: Paulus, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3ª ed. Tradução de Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes, 1997.

NARVAZ, Martha Giudice. **A invisibilidade do gênero na psicologia acadêmica: onde os discursos fazem(se) política**. Tese de doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009, 305 p. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18884/000729395.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2016.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Salvador, Bahia: Editora Devires, 2017.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2004.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

_____. Conversa com Eni Orlandi. In. BARRETO, Raquel. **Teias**. Rio de Janeiro, ano 07, no. 13-14, jan/dez 2006. Pp. 01/07. Disponível em: <<https://espacolinguiticouems.wordpress.com/2009/08/25/entrevista-2-profa-dra-eni-p-orlandi/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

_____. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2016.

_____. **Eu, tu, ele: discurso e real na história**. 2ª Edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. **O que é linguística**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ORLANDI, Eni; GUIMARÃES, Eduardo; TARALLO, Fernando. **Vozes e contrastes**: discurso na cidade e no campo. São Paulo: Cortez, 1989.

PÊCHEUX, Michel. **Análise de discurso**. Textos Escolhidos por Eni P. Orlandi. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas, nº 19, jul/dez. 1990, p. 7-24.
Disponível em:
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823/4544>>.
Acesso em: 11 nov. 2017.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4ª ed. Tradução: Eni Orlandi. São Paulo: Editora da Unicamp, 2016.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo História e Poder. Dossiê. **Revista de Sociologia e Política**. Vol. 18, nº 36, jun. 2010, p. 15-23. Curitiba, PR, 2010.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

PIRIS, Eduardo Lopes; OLÍMPIO-FERREIRA, Moisés (orgs). **Discurso e argumentação em múltiplos enfoques**. Coimbra, Portugal: Grácio Editor, 2016.

RODRIGUES, Carla. 2017, o ano das bruxas em ação. In: **Le Monde Diplomatique Brasil**. Janeiro/2018, ano 11, nº 126. São Paulo, 2018, p. 4-5.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 4 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

TAVARES-GOMES, Izabel; VANIN, Iole Macedo. Beauvoir, Wittig e Butler: os olhares de tornar-se aquilo que somos, ou não. **Anais do V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**, V. 1, 2017, Campina Grande, PB. 06 a 08 de setembro de 2017, Salvador, BA. Disponível em:
<http://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA3_ID1330_05082017191120.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018.

YOUTUBE. *Canal das Bee*. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/canaldasbee>>. Último acesso em: 21 jan. 2018.

ZOPPI FONTANA, Mônica G. Objetos culturais, startups, autoria: autoria-fetice versus autoria-experimentação. In: FLORES, G.; GALLO, S.; LAGAZZI, S.; NECKEL,

N.; PFEIFFER, C.; ZOPPI FONTANA, M. (orgs.). **Análise de discurso em rede:** cultura e mídia. Vol. 3. Campinas, SP: Pontes, 2017, p. 235-250.

ZOPPI FONTANA, Mônica G.; FERRARI, Ana Josefina (orgs.). **Mulheres em discurso:** gênero, linguagem e ideologia. Vol. 1. Campinas, SP: Pontes, 2017a.

_____. **Mulheres em discurso:** identificações de gênero e práticas de resistência. Vol. 2. Campinas, SP: Pontes, 2017b.